



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 100

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 17 de Março de 2004

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 15 minutos)

Após a leitura do expediente, passou-se ao **Período de Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante**, no qual usaram da palavra os Srs. Deputados António Gomes (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Mark Marques (*PSD*), Aires Reis (*PSD*), Manuel Silveira (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), José Rego (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Herberto Rosa (*PS*), Nuno Amaral (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*).

O **Período da Agenda da Reunião**, iniciou-se com a votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público”**.

Submetida à votação na especialidade e em votação final global, a proposta em apreço foi aprovada por unanimidade.

No debate da proposta de aditamento para o artigo 28-A, usou da palavra os Srs. Deputados Osório Silva (*PS*) e Paulo Valadão (*PCP*).

Produziu uma declaração de voto sobre este diploma o Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*).

Em seguida, esteve em debate a **Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 9/2000/A, de 12 de Março (Cria o Conselho Regional de Concertação Estratégica)”**.

Apresentado o diploma pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*), usaram da palavra os Srs. Deputado José Decq Mota (*PCP*), Manuel Arruda (*PSD*), Dionísio Sousa (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e Francisco Sousa (*PS*).

A requerimento apresentado pelo PS, o diploma baixou à Comissão.

Posteriormente, foi debatida a **Proposta de Resolução – “Regulamentação da produção de queijo de casa, doces caseiros e de outros produtos alimentares de produção artesanal”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

A apresentação da proposta coube ao Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*), seguindo-se as intervenções dos Srs. Deputados Luís Medeiros (*PSD*), Fernando Lopes (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

Atingida a hora regimental para encerramento dos trabalhos, os restantes pontos da Agenda da Reunião transitaram para o dia seguinte.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 05 minutos)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, boa tarde.

Vamos começar os nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**

Hernâni Hélio **Jorge**

José António **Cabral** **Vieira**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José **Humberto** Medeiros **Chaves**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís **Paulo** de Serpa **Alves**

Manuel **Avelar** da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Manuel Soares da **Silveira**

Maria da **Natividade** **Luz**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Osório Meneses da **Silva**

Paulo Manuel **Ávila** **Messias**

Renato Luís Pereira **Leal**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**
Manuel Ribeiro **Arruda**
Mark Silveira **Marques**
Raúl Aguiar **Rego**
Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Tem a palavra o Sr. Secretário para apresentar a informação chegada à Mesa.

Secretário (*António Loura*): Do Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, ofício informando que se considera aprovado nesta Sessão Plenária o Diário da Assembleia nº 77.

Presidente: Passamos ao **tratamento de assuntos de interesse político relevante.**

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Enquanto o Governo Regional segue o seu percurso, com um rumo firme e seguro, apontado para o desenvolvimento de todas as parcelas dos Açores, temos assistido,

por parte dos partidos da coligação, a manobras de diversão conjugadas com uma autêntica operação de “atirar areia para os olhos das pessoas” num declarado abuso à tolerância e à inteligência dos açorianos.

Querem esses senhores para os Açores o que não querem os açorianos! Desejam, para esta Região, uma cópia do Governo da República que pouco mais sabe do que governar mal e atirar as culpas para cima dos outros.

Julgam que os Açorianos acreditam numa coligação...

Deputado João Cunha (PSD): É a sua opinião, mas já se enganou muita vez!

O Orador: ... entre dois partidos que sempre estiveram de costas voltadas, quando sabemos que muitos dos próprios PSDs e PPs não se conformam com este casamento!

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor é procurador deles?

O Orador: Sou, Sr. Deputado.

Hoje, por conveniência e na expressão mais pura da infidelidade, tentam convencer os mais distraídos de que o PSD, liderado por Victor Cruz, vai ganhar as eleições, para amanhã dizerem que ele (coligação) perdeu as eleições.

Muito a propósito, devo dizer que estive atento à entrevista da RTP/A ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e aceitei a sua sugestão para a leitura do diário das sessões desta Casa.

Li no Diário das Sessões que o Senhor Deputado Victor Cruz e o PSD, enquanto suporte do anterior governo laranja não só tinham revogado legislação que beneficiava os açorianos (a exemplo: a remuneração complementar e os apoios complementares aos alunos do ensino secundário) como consideram (nessa altura) tais medidas “*manobras destabilizadoras que mais não pretendem do que promover conflitos com o Governo da República, lançando ao ar propostas desenfreadas de aumentos de transferências do Orçamento de Estado para a Região...*” e ainda confirmavam que “*São as manobras divisionistas dos partidos da oposição que julgam engodar votos... com propostas descabeladas de mais benefícios e melhoramentos para as Ilhas...*”. (Escusado será dizer que se referia ao PS, PCP e o seu agora parceiro CDS/PP)

Ainda sobre este mesmo assunto os Deputados do PSD aplaudiam quem nesta Casa dizia:

-“...A aprovação destas leis injustas, distribuição de benesses, esbanjamento de dinheiros públicos... foi até traumatizante.... E o mal todo o mal será revogado”.

Por essa mesma ocasião o Ser. Deputado Alvarino Pinheiro dizia:

“... De forma algo insólita e clandestina... é a terceira vez que a maioria PSD submete esta revogação à ALRA. Vem sobremaneira salientar a aberrante obsessão dos responsáveis do PSD em retirar aos trabalhadores da função pública e das autarquias dos Açores uma modesta remuneração complementar...”

Sobressai destas palavras duas conclusões:

1º - Que o PSD, enquanto Governo, entendia que não se devia exigir mais transferências do Governo da República para a Região (tínhamos, por essa altura, Governos do PSD, cá e lá) quando sabemos que com os Governo do Partido Socialista essas transferências duplicaram.

2.º - Que o PSD no Governo opôs-se, determinantemente e de forma arrogante, à remuneração complementar e a outros benefícios e só se solidarizou com os Açorianos na oposição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também li no Diário das Sessões as palavras do Sr. Deputado Victor Cruz referindo-se ao anterior Governo PSD e cito: *“ O Governo é sério realista e competente...”*

Contrariando esta afirmação disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

-“... Sem defesa nem glória, os deputados que apoiam incondicionalmente o Governo do PSD viram-se obrigados a se responsabilizarem por uma desequilibrada, incoerente, ruinosa e obscura política ... que lança a Região na maior crise da sua história recente. Incapaz de encontrar soluções que obviassem as consequências nefastas de uma irresponsável e inconstante gestão....”

-“...Estamos perante o caos nas Finanças Públicas Regionais. O nível e a contradição das contas regionais já não atingem o patamar mínimo de rigor das contas de merceeiro...”

- “... Será que os Senhores Deputados do PSD, mesmo tendo em conta a fidelidade e a disciplina partidária, não acham que este escândalo é demasiado relevante...?”

Nesta postura responsável ainda dizia o referido deputado:

- “...A Representação Parlamentar do CDS/PP apela à consciência da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para que se desmarque desta insólita situação e exija a correcção das contas bem como o apuramento de responsabilidades por tão graves e vergonhosas incoerências que revela o caos e as irregularidades em que se encontram as Finanças Públicas Regionais.

Daqui volto a tirar duas conclusões:

1º - Que o CDS/PP nunca se reviu na forma por ele considerada ruínosa, desastrosa e sem o mínimo de rigor da gestão pública dos Governos do PSD, enquanto o hoje líder deste partido a considerava séria, realista e competente.

2º - Que a leitura que faço desta aliança entre CDS/PP e PSD é o desejo destes dois partidos criarem, nos Açores, um Governo da Direita à imagem do da República.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por detrás de tanta incoerência e de tão grandes contradições, entre estes dois líderes parlamentares, não nos restam dúvidas que a sede pelo poder não só os leva a beber a água do charco como o próprio sapo!

Mas mais importante do que falar neste namoro de conveniência localizada é recordarmos estas palavras (do hoje deputado da coligação) para reconhecermos a eficaz e profícua acção da Governação Socialista.

A larga maioria dos Srs. Deputados concordam que efectivamente em 1996 os Açores estavam no caos financeiro e **certamente consideram que** foram oportunas as palavras do acima referido Sr. Deputado do CDS/PP.

Sobre esta tragédia das finanças regionais, também ouvimos nessa altura, a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores divulgar a notícia da existência de elevados montantes de compromissos financeiros regionais relativos a anos económicos findos que não foram pagos e, ainda, de despesas efectuadas sem o necessário cabimento orçamental.

A verdade é que a partir de finais de 1996 os Açorianos conheceram um novo Presidente que não deu tréguas ao conformismo e à passividade. De imediato negociou com o Governo da República a liquidação da dívida da Região deixada pelos Governos do PSD e num valor que se aproximou dos 112 milhões de contos. Lutou pela aprovação da Lei das Finanças Regionais e por via disso o direito a reduzir os impostos na região. Conseguiu que duplicassem as transferências do Orçamento de Estado para a Região. Fez com que os açorianos pagassem menos cerca de 30% do valor da energia eléctrica que consomem. Conseguiu reduções nas passagens aéreas, entre os Açores e o Continente, em cerca de 30%. Baixou, significativamente as passagens da SATA regional. Conseguiu que o preço dos jornais e revistas fosse o mesmo do praticado no Continente. Efectivou-se a ligação entre e para fora dos Açores com o cabo de vibra óptica. Os Açorianos passaram a dispor do Canal da RTP nacional. Melhorou o rendimento aos lavradores. Criou preços significativamente inferiores para os combustíveis utilizados na agricultura. Fez uma verdadeira transformação nos transportes marítimos de passageiros e de mercadorias. Criou um sistema de pagamento de medicamentos a idosos de poucos recursos. Inovou o sistema escolar e melhorou todo o seu parque que, como sabemos encontrava-se debilitado, mercê da inércia dos Governos laranja. Finalmente e de uma forma segura surgiu para os trabalhadores da região a remuneração complementar (lembra-se que o PSD, no Governo, dizia que era uma medida despesista!). Nasceu o complemento de reforma e pensões, etc..

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que fale agora um pouco do que se vai assistindo em São Jorge. Vemos uns cartazes do PSD que interrogam os Jorgenses, dizendo “*quanto tempo esperam por uma consulta*” mas infelizmente da nossa memória ainda não se varreu a deplorada iniciativa da governação laranja que para resolver a falta de médicos na Região quiseram aumentar (através de um diploma legislativo) o rácio de um médico para 2500 utentes em vez dos 1500 que sempre constou da legislação.

Com esta sucumbida intenção do PSD, por exemplo, a Ilha de São Jorge só teria direito a 4 médicos, enquanto hoje, felizmente está dotada com 7 médicos.

Mas, não ficamos por aqui. Vou falar daquele cartaz que pressupostamente pergunta aos agricultores pelos milhões.

Caros amigos, a maioria dos lavradores sabem que foi o Governo do Partido Socialista que acabou com a discriminação negativa relativamente ao apoio financeiro por litro de leite que os Governos do PSD só atribuíram a S. Miguel e à Terceira.

Sabem que o apoio efectivo à compra de terra por rendeiros deu-se com este Governo.

Sabem que o designado gasóleo agrícola deve-se a este Governo.

Não se esqueceram que no tempo do PSD pagavam 24000\$00 para o manuseamento do contentor no cais da Velas e com os Governos do Partido Socialista passaram a pagar 3500\$00.

Jamais se esquecerão que no tempo do PSD o custo de um contentor, entre o Continente e os Açores eram 260 contos e com o Governo do Partido Socialista baixou para 160 contos.

Não se esquecerão dos tempos difíceis em que só recebiam o produto do seu trabalho, muitas vezes, passado um ano e que foi este Governo que viabilizou o pagamento do leite no prazo máximo de dois meses.

Deputado Mark Marques (PSD): Foi! Foi!

O Orador: Estes mesmos lavradores sabem que Carlos César já presidiu ao lançamento da 1ª pedra da Cooperativa dos Lourais e prevê-se para breve o arranque de outra unidade fabril a construir no lugar da Beira, Freguesia das Velas.

Deputado Aires Reis (PSD): Sabem isso e muito mais!

O Orador: Sabem também que está numa fase avançada a rede de abate. Quanto a esta matéria, em 1988, o Governo do PSD dizia nesta Casa que já tinha o financiamento comunitário para o matadouro industrial da Ilha Terceira, mas, sabemos que esse dinheiro teve fim incerto, a não ser que o PSD, à procura dos milhões, saiba o seu destino.

Deputado Manuel Campos (PS): O Sr. Deputado Mark Marques não estava cá?

O Orador: Contudo, o matadouro acabou por ser construído pelo Governo de Carlos César.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para a oposição tudo serve para criticar este Governo. Falam de atrasos de algumas obras, sobejamente justificados, mas, na sua qualidade de fiscais do Executivo, nunca os vi, no passado, interpelar a governação Laranja pelo paradeiro do financiamento comunitário para o Centro de Saúde da Praia da Vitória,...

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

O Orador: ... supostamente assegurado no ano de 1990, conforme relato da então Comissão Parlamentar dos Assuntos Sociais de 27 de Novembro de 1990.

Mais uma oportunidade perdida para o PSD perguntar pelos milhões!

Dentro do mesmo raciocínio, também nunca ouvi os Srs. Deputados do PSD, eleitos por São Jorge, perguntarem, aos Governos que suportaram, pelos dinheiros comunitários e empréstimos bancários que foram atribuídos àquelas estradas de São Jorge, que só foram reabilitadas anos depois por este Governo do Partido Socialista. Ao menos tentaram saber em que se baseou o pagamento e a indemnização a um empreiteiro (correspondente a muitas dezenas de milhar de contos) pelo atraso da facturação, pressupostamente fictícia de uma obra que nunca teve a intervenção de quem recebeu o dinheiro? Aqui temos uma boa razão para perguntar pelos milhões.

Fiquei a perceber que em matéria de estradas e em abono da transparência estes casos não são assunto que interesse ao PSD para uma conferência de imprensa ou para um slogan de cartaz!

Quanto às conferências de imprensa do PSD percebi que estes senhores queriam mais valências para as nossas Casas do Povo, quiçá passando por cima do objecto dos respectivos estatutos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como podem os açorianos acreditar no PSD, quando sabem que estes senhores, a tutelarem o Governo, quiseram aprovar nesta Casa e no ano de 1992, um diploma que tinha por objectivo extinguir Casas do Povo, à revelia da Constituição e das disposições do Código Civil aplicável às associações.

Com a devida licença do Sr. Deputado Paulo Valadão vou citar as suas palavras neste parlamento e a este propósito. Dizia:

“Há que ter uma atenção muito grande, por parte desta Casa, para que não continuemos a aprovar propostas mal concebidas pelo Governo Regional e que depois cai no ridículo delas – pelos órgãos próprios deste País – por serem consideradas inconstitucionais. Vamos votar contra esta proposta porque consideramos que está ferida de inconstitucionalidade”.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Por acaso foi o ano passado que ele disse isso?

O Orador: Só mais um exemplo digno de registo e desta vez assinado por um Sr. Deputado do meu círculo eleitoral.

Dizia num dos seus mais recentes comunicados que os jorgenses estavam a ser discriminados no pagamento de 3,82 euros de taxas aeroportuárias, faltando com esta afirmação, deliberadamente, à verdade, porquanto sabia ele que os aeroportos desta Região e os da responsabilidade do Governo da República (ou seja, o de Santa Maria, S. Miguel, Faial e Flores) tinham essa tarifa em vigor e já abrangiam cerca de 86% dos açorianos.

Em abono da verdade e com o devido respeito pelos jorgenses pergunto:

1º - Onde se esconderam os Srs. Deputados do PSD quando foi preciso defender os jorgenses pelo facto de pagarem por um bilhete de passagem entre S. Jorge/Horta/S. Jorge (cerca de 33.000\$00) sensivelmente a mesma importância do que pagava um jorgense para ir a Lisboa e regressar à sua ilha!

Sabem que passados 12 anos pagamos cerca de 22.000\$00 para irmos à Horta e regressarmos a S. Jorge e que foi com o Governo do Partido Socialista que este tarifário começou a vigorar?!

2º - Por que é que se silenciaram quando um jorgense ou um graciosense pagavam para ir ao Faial e regressar às suas respectivas ilhas cerca de 10.000\$00 a mais do que um micalense para ir ao mesmo destino e regressar à origem, sendo certo que este fazia um percurso com o quádruplo das milhas?

3º - Por que é que não defenderam os jorgenses, os graciosenses, os picoenses, os florentinos ou até mesmo os corvinos quando chegavam a pagar mais 14.000\$00 em cima dos 43.300\$00 cobrados aos restantes açorianos, numa viagem a Lisboa com regresso?

4º - Onde estavam os Srs. Deputados do PSD quando um jorgense ou um picoense, vizinhos de porta, pagavam mais cerca de 13.000\$00 do que um micalense ou terceirense com destino ao Pico ou a São Jorge?

Se não se lembram onde estavam, sei eu que estavam aqui dentro neste Parlamento, surdos e mudos!

Deputado Manuel Campos (PS): Muito bem!

O Orador: *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

A grande obra dos Governos do Partido Socialista estende-se por toda a nossa Região e no meu círculo eleitoral tivemos avultados investimentos, com referência para a construção da Escola Básica Integrada do Topo, para a reabilitação de todo o parque escolar do 1º ciclo do ensino básico, para a ampliação das câmaras de frio da Uniqueijo, construção da Casa do Povo da Ribeira Seca, obras do novo Porto da Calheta, para a reabilitação das estradas regionais, a recuperação da Igreja de Santo Amaro, a gare de passageiros do Porto das Velas, etc., etc....

Deputado Mark Marques (PSD): Eu gosto é do etc.!

Deputado Aires Reis (PSD): Fala de obras das autarquias!

O Orador: Hoje, assistimos à construção do novo edifício para a Escola Profissional de São Jorge, à reabilitação do troço da Estrada Regional entre Urzelina e Aeródromo, à construção da nova unidade industrial da Cooperativa dos Lourais, às obras da Santa Casa da Misericórdia da Calheta e à obra da construção da nova aerogare de S. Jorge, etc....

Muito brevemente será lançada a obra da nova unidade industrial na Beira para a transformação do leite dos lavradores de Rosais, Beira, Santo Amaro e Norte Grande, a construção da nova casa do Povo dos Rosais, o núcleo de recreio das Velas, o novo acesso ao Porto das Velas e aumento do respectivo parque de contentores e, porque estamos certos que o Partido Socialista ganhará as eleições legislativas de 2004, ainda seremos contemplados com a ampliação do molhe do Porto Comercial de São Jorge.

Termino expressando a minha convicção de que São Jorge está de parabéns com os investimentos para o corrente ano. Se tal não fosse verdade os meus colegas do PSD

que estão sempre a criticar, certamente teriam proposto mais obras para esta Ilha aquando da discussão do Plano para 2004,...

Deputado Aires Reis (PSD): Para quê?

Deputado Luís Medeiros (PSD): Para o lançamento das primeiras pedras!

O Orador: ... como aliás o fizeram e com a sua respectiva assinatura, para outras Ilhas dos Açores

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Cunha (PSD): O Sr. Deputado falou muito bem, especialmente nas citações!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Eu já tenho inscritos os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro, Mark Marques, Aires Reis, a Sra. Secretária Regional Adjunta e o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Antes de vos dar a palavra deixem-me comunicar que recebi há pouco um grupo de jovens no meu gabinete que nos fizeram uma oferta muito simples, mas muito original que gostava que apreciassem, porque realmente é a primeira vez que nos fazem uma oferta representando a Assembleia Regional, o que é de certa forma uma homenagem para nós.

(Aplausos da câmara)

Esses jovens fazem parte da Associação de Voluntariado e Amigos do Nordeste e Grupo de Sabichões e estão envolvidos num projecto que se chama “A Cidadania passa pelo Voluntariado”.

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores saúda-vos.

Obrigado.

(Aplausos da câmara)

Posto isto, tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Mais do que esclarecimentos, a minha intervenção será para agradecimentos, na medida em que não é todos os dias que um modesto deputado de um pequeno grupo parlamentar desta Assembleia, tem a honra de ser citado tão abundantemente pelo primeiro orador – também deve ter sido uma escolha estratégica – em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Queria cumprimentá-lo pelo trabalho árduo, intenso...

Deputado António Gomes (PS): Pela investigação!

O Orador: ... porque, para fazer uma busca das minhas intervenções nesta Assembleia, o senhor deve ter passado semanas ou meses a fio a seleccionar tantas intervenções e declarações a tão simpáticas referências, dado que, felizmente, estou há muitos anos a representar o povo dos Açores.

Gostaria de registar, sobretudo, a convicção com que V. Exa. colocou nas verdades que eu próprio, em nome do CDS/PP, tenho dito nesta Casa.

Reconheço que houve da sua parte algum entusiasmo no sentido do reconhecimento da eficácia e daquilo que o CDS/PP tem dito neste Parlamento.

Espero bem que tenha idêntica leitura de tudo aquilo que tenho dito ao longo destes últimos 8 anos em relação ao seu Governo do Partido Socialista. Se isso acontecer, certamente vai ter muitas correcções ou muitas advertências a fazer ao seu Governo, porque, felizmente da nossa parte, temos mantido sempre com empenho uma actuação crítica, quando é necessário criticar, em relação a todos os governos.

Gostaria de dizer também, Sr. Deputado, que perde o seu tempo quando com isso pretende chamar a atenção para alguma incoerência da parte deste Grupo

Parlamentar ou, se me permite, de mim próprio, relativamente àquilo que temos feito e dito ao longo destes últimos 28 anos, mais concretamente nestes últimos 20 anos, como elemento da oposição na Região Autónoma dos Açores.

O CDS/PP e eu próprio orgulhamo-nos de tudo o que eu disse e espero bem continuar a poder orgulhar-me, no futuro, do que disser ou fizer.

Portanto, escusa de por aí encontrar, no que nos diz respeito, alguma ponta de incoerência, porque quando nós dizemos aquilo que acreditamos e, sobretudo, se temos a felicidade de acertar naquilo que dizemos, acho que temos razões para estarmos satisfeitos.

Se não acertássemos, paciência! Pelo menos, em consciência, tínhamos tentado o nosso objectivo.

Somos oposição há 28 anos nesta Casa. Eu estou a exercer essas funções há 20 anos e com muito orgulho, quer quando fazia oposição aos Governos do Partido Social Democrata, quer agora quando faço oposição aos Governos do Partido Socialista.

Também tive algum orgulho quando fui co-responsável pela viabilização do Governo do Partido Socialista em 1996. Já o disse publicamente, mas volto a dizê-lo aqui. Nunca me arrependi, na altura, de ter votado o programa do Governo do Partido Socialista e de termos criado condições para que a Região Autónoma dos Açores, em estabilidade, tivesse viabilizado um Governo minoritário.

Quando entendemos que estávamos a ser maltratados, que da parte do Partido Socialista não estava a haver o cumprimento do que tinha sido assumido perante nós, nesta Casa, assumimos as atitudes que em consciência tínhamos que assumir. Por aí, Srs. Deputados, vão-se cansar, vão ficar com os pés molhados, mas não alteram essa nossa postura.

De igual modo, queria reafirmar aqui que, ao contrário do que insinuou, o Grupo Parlamentar do CDS/PP e o Partido Popular estão com empenho numa resposta vitoriosa.

Estamos em vésperas de consumir e de formalizar um acordo de coligação com o Partido Social Democrata. Para quem não sabe, será no próximo Sábado, às 20 horas, em Ponta Delgada.

Deputado Francisco Barros (PS): Quem é que leva o “pratinho das alianças”?

O Orador: Estamos certos que em coerência temos um projecto que será uma resposta – aliás, o vosso nervosismo é a prova evidente da boa direcção do nosso projecto – vitoriosa e desejada. A correspondência é um grande anseio da maioria dos açorianos.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que terminasse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

É bom que os senhores mantenham o nível habitual nesta Casa e, serenamente, enfrentem uma nova situação, que era aquela que os senhores temiam. Os senhores, não. Alguns dos que pensam. Há senhores aqui que estão a leste disso. Mas aqueles que estavam preocupados com a garantia e a renovação do projecto do Partido Socialista, a partir do momento que tomaram consciência de que o Partido Socialista estaria a terminar a sua época e a esgotar o seu projecto, ficaram muito nervosos com isso.

Tenham calma!

Ainda estamos muito longe.

Ainda vão surgir mais surpresas.

Serenamente cá estaremos até às eleições regionais.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(* **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vai ser repartida.

Começo por dizer ao Sr. Deputado António Gomes que mais uma vez fez a figura própria de deputado em fim de carreira, que gosta de mexer nos arquivos.

Gastou 7 minutos a falar da coligação.

Quando estamos preocupados com qualquer coisa, pensamos sempre nela.

Deputado António Gomes (PS): Também está preocupado!

O Orador: Vejo que o Sr. Deputado, em outras ocasiões, demonstrou muito nervosismo sobre a questão da coligação.

Gastar 7 minutos de tribuna, na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a falar da coligação, é a prova provada de que, de facto, os senhores têm medo dessa coligação.

O Sr. Deputado falou aqui em questões pré-históricas.

O Sr. Deputado Manuel Campos, nos seus apartes que o caracterizam, perguntou se eu não estava cá.

Não, Sr. Deputado. Em 88 eu não estava cá.

Se calhar, o senhor nessa altura não estava no PS...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estava no PC!

O Orador: ...estava no PC, como disse o meu colega em aparte.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado que quem é *expert*, quando não têm resposta para os assuntos colocados aqui e dizem que a culpa é da República, são os senhores, não somos nós.

Sr. Deputado, vir para aqui dizer que os Deputados do PSD só sabem falar mal e tentar atirar a culpa para cima dos outros, deixe-me que lhe diga que nessa matéria os senhores são catedráticos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O que é que o senhor fez até agora?

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Algumas questões sobre São Jorge:

1º - O sector cooperativo.

Penso que com muito gosto, os jorgenses receberam o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. São pessoas que recebem bem (todos abanam a cabeça que sim, é sinal que confirmam).

Os senhores estiveram *in loco* e ouviram os directores das cooperativas,...

Deputado António Gomes (PS): E gostámos de ouvir!

O senhor é que nunca vai lá, porque não gosta de os ouvir!

O Orador: ... apesar da comunicação social, penso eu, não ter sido autorizada a estar na reunião.

Os Srs. Deputados do Partido Socialista foram ver em São Jorge que, ao fim e ao cabo – e agora uso o vosso slogan – “factos são factos” e que os Deputados de PSD

e o Deputado Mark Marques nunca mentiram aqui em relação ao não cumprimento do aval.

Os Deputados do Partido Socialista, de São Jorge, sempre disseram que fizeram o financiamento do sector cooperativo. Os Srs. Deputados foram a São Jorge e reconheceram isto.

Dizem no vosso comunicado que “destacou-se a situação em estudo do aval...”

Nós estamos em 2004. O protocolo foi assinado em 2000.

Durante um ano o PSD nada disse. Na altura, também não criticou o acordo.

Durante os últimos 3 anos o PSD sempre denunciou esta situação.

Portanto, esta é a prova de que, de facto, o aval não foi cumprido.

Outra coisa que o Sr. Deputado afirmou foi que o Governo do Partido Socialista tinha construído o novo matadouro.

Sr. Deputado, eu sei que o senhor está em fim de carreira e que sofre de amnésia.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Deputado, dessa eu não gostei!

O Orador: O matadouro que lá está feito, que ponho em dúvidas se poderá ou não receber certificação, apenas foi pintado por este Governo.

Quando os senhores assumiram funções em 96, anularam uma obra adjudicada por 300 mil contos e tiveram que pagar uma indemnização de 30 mil contos ao empreiteiro para não fazer a obra.

Neste momento, não existe matadouro em São Jorge.

O Sr. Deputado António Gomes falou muito nas estradas.

Pergunto ao Sr. Deputado se também não tinham prometido asfaltar a estrada das Manadas e da Urzelina?

Já agora, a Urzelina.

Foi a única Junta que visitaram. Não sei se contactaram outras para visitarem, mas tanto quanto eu sei, as Juntas do PSD não foram contactadas. Não sei se houve discriminação.

Na Urzelina o vosso Presidente dizia, segundo o tal autarca: “esperávamos mais apoios, uma vez que introduzimos uma pincelada cor-de-rosa numa ilha há muito laranja”.

Pergunto:

Então o Partido Socialista beneficia os seus pares?

Então não disseram a este Sr. Presidente da Junta, que nem tudo o que se diz em casa se deve dizer na rua?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sobre as Casas do Povo...

Presidente: Sr. Deputado Mark Marques, talvez fosse melhor deixar as Casas do Povo para uma próxima intervenção.

O Orador: Com certeza, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

(*) **Deputado Aires Reis (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que começa a preocupar uma situação que se vem verificando nesta Assembleia.

O Governo Regional tenta-se apoderar de todas as obras que estão a decorrer nas diversas ilhas, mesmo que não tenha nada a ver com elas...

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... ou mesmo com aquelas tenha dado um apoio financeiro bastante escasso.

Fica muito mal vir para a Assembleia dizer que as escolas foram obra deste Governo e que a Cooperativa Agrícola dos Lourais e a Casa do Povo da Ribeira Seca também são obra deste Governo.

Os senhores limitaram-se a apoiar e nem sequer respeitam as pessoas que estão à frente dessas instituições.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Eu aconselho vivamente que não continue a fazer esse tipo de serviço, porque é um mau serviço que está a prestar a São Jorge.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Felicito o Sr. Deputado António Gomes pela sua intervenção e por nos dar a oportunidade de fazer um exercício importante para recordarmos o passado. Não é um mero exercício teórico. Ele deve ter, sobretudo, um sentido pedagógico e prático. Sabemos que o PSD quando está na oposição é a favor da remuneração complementar, é a favor do complemento de pensão, diz que quer equiparar os trabalhadores das IPSS, mas quando passa para o Governo revoga tudo o que antes tinha dito.

Todos os que têm memória, e os açorianos certamente a têm, lembram-se que o Dr. Mota Amaral considerava, nesta Assembleia, por exemplo, que a remuneração complementar era uma medida altamente injusta, porque deixava de fora outros trabalhadores.

Portanto, é esta a coerência generalizada do PSD e do PP.

A única felicidade é que não teremos, felizmente, porque os açorianos também se lembram e têm memória, a oportunidade de ver, no futuro, como é que o PSD e o PP, na Região, fariam àquilo de bom que o Governo Regional do PS tem introduzido, nomeadamente a remuneração complementar e o completo regional de pensão. Tudo isso são medidas que nos orgulhamos. São conquistas muito fortes e seguras da nossa Autonomia.

Orgulhamo-nos do nosso passado. Ele foi aqui bem frisado pelo Sr. Deputado.

São bons esses momentos de exercício de regresso ao passado, porque nos fazem perceber a incoerência de alguns e, sobretudo, que o passado não é apenas memória.

O passado tem de ser sempre melhorado.

Nós estamos aqui para o fazer. Fizemo-lo e queremos continuar a fazê-lo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

(*) **Deputado Manuel Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dar os meus parabéns ao meu camarada de bancada, António Gomes, pela intervenção que ele fez. Ela faz doer, um bocadinho, quem ouve e quem fez as coisas, na altura em que fez.

Gostaria ainda de colocar duas perguntas aos Deputados do PSD, eleitos pela Ilha de São Jorge.

Há pouco, o Deputado Mark Marques dizia que em 88 não estava cá, mas creio que já está cá a algum tempo.

Gostaria de saber o que é que os senhores fizeram durante esse tempo que cá estiveram, que permitiu deixar as coisas chegar ao estado que chegaram.

Por que é que o nosso círculo eleitoral foi tão mal tratado como foi na altura em que o PSD foi Governo?

Eram apenas estas questões.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Terminando a intervenção que há pouco tive que suspender.

O Sr. Deputado falou em encerrar Casas do Povo.

Essa situação vive-se agora, Sr. Deputado. Há uns meses atrás, eu próprio levantei essa questão, porque sou funcionário da Segurança Social.

Sr. Deputado, neste momento há Casas do Povo a trabalhar a meio tempo e outras estão em vias de fechar.

Pergunto: o que é que o senhor tem feito?

O senhor também falou em estradas regionais.

Pergunto se nesta visita do Grupo Parlamentar os senhores foram à Urzelina e às Manadas contactar com a população. Eles estavam satisfeitos com aquilo que os senhores queriam fazer e que depois não fizeram?

Sr. Deputado António Gomes:

De facto, o senhor revela um nervosismo, preocupante para si, como é óbvio, sobre esta questão da coligação.

Já percebemos que o senhor está em fim de carreira e está nervoso com esta situação.

Sr. Deputado Manuel Silveira:

Eu vou ser muito rápido em lhe responder. De facto, como disse, em 88 não estava aqui.

Cheguei cá em 92. Em 96 voltei a vir e estava nesta lista que o senhor também estava.

Deputado Manuel Silveira (PS): Infelizmente!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: **Pelo menos, nessa altura, o senhor devia saber por onde é que eu andava.**

Se eu estou nesta lista da qual o senhor também fazia parte, então deve saber onde é que o cabeça de lista andava, porque era eu que a encabeçava.

Se o senhor quiser intervenções e requerimentos que apresentei nesta casa, peça a colaboração do seu colega, porque ele agora trabalha com o arquivo. Ele vai-lhe entregar muita coisa para ler.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: ***Muito bem! Muito bem!***

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Uma nota muito breve, porque uma afirmação repetida “n” vezes pode enganar muita gente.

Há pouco, o Sr. Deputado António Gomes mencionou, entre as bandeiras deste Governo, a redução de impostos.

Há pouco, a Sra. Secretária Regional, com um avontade que só é possível de quem não foi devidamente informada, e eu dou isso de barato, reiterou, com

uma aparente convicção, de que entre as acções do Partido Socialista encontrava-se o complemento de pensão.

É bom fazer a devida correcção. Acho que o Partido Socialista que tem a redução do preço dos jornais e das revistas como grande bandeira, não precisa de se apropriar de bandeiras alheias.

Julgo que não é legítimo o Partido Socialista misturar com os jornais e as revistas a aquisição de terras por rendeiros e proprietários, porque se fizerem um esforçozinho de memória, sabem que foi uma iniciativa parlamentar do CDS/PP.

Enquanto os senhores andavam a dormir, nós apresentávamos as iniciativas.

(Risos da câmara)

Sr. Deputado Fernando Lopes:

Eu espero bem que o facto do CDS ter apresentado o SICATE e ele ter sido aprovado e melhorado nesta Assembleia, não tenha contribuído para a sua saída da Secretaria da Agricultura.

Eu imagino que muito socialista há-de ter questionado o que é que andava a fazer o seu secretário, enquanto aquele pobre pequeno grupo parlamentar resolvia os seus problemas, mas isso já não é da minha conta.

O que eu sei é que a proposta do SICATE aprovada nesta Assembleia é da iniciativa do CDS/PP. Ponto final. O resto é conversa e problema interno.

Relativamente à Sra. Secretária, já que nunca teve ninguém no seu partido que a elucidasse, fique a saber que na anterior legislatura havia um conjunto de partidos que formava a oposição e que tinha maioria nesta Assembleia.

Foram esses partidos que, em propostas conjuntas e dialogadas, fizeram aprovar nesta Assembleia a redução do imposto que vigora hoje na Região Autónoma dos Açores, o complemento de pensão nos termos em que vigora nos

Açores, porque a proposta do partido e do Governo, que a senhora agora faz parte, envergonhava qualquer açoriano que fará qualquer socialista.

Os Srs. Deputados que estavam cá nessa altura sabem perfeitamente qual foi a proposta do Governo. Era uma proposta que tinha como objectivo manter uma percentagem que gerava situações aberrantes.

De facto, foi a oposição, na altura, que corrigiu isso.

Presidente: **Sr. Deputado, agradecia que terminasse.**

O Orador: **Termino, Sr. Presidente, repondo a verdade nesta matéria, porque sempre pensei que o Partido Socialista fosse capaz de enfrentar o eleitorado com base naquilo que fez. Há-de ter feito muita coisa boa, mas também fez muita asneira.**

Deputado Manuel Campos *(PS)*: **O Ministro da Justiça precisava de o ouvir!**

O Orador: **Portanto, não é correcto, nem sério, apropriar-se daquilo que é trabalho, até de diálogo, da oposição e que possibilitou, num período que há-de ficar para a história dos Açores, a imposição ao Governo de uma solução.**

Se os meus amigos fossem coerentes nem sequer falavam nisso.

Nós estamos cansados de nos atirarem isso à cara e o Sr. Secretário das Finanças e o Governo Regional já fizeram isso por diversas vezes, alegando que não tinham meios para fazer determinadas políticas, porque estavam a gastar dinheiro com iniciativas da oposição.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: ***Muito bem! Muito bem!***

O Orador: **Portanto, aquilo que foram iniciativas nefastas da oposição, não se podem transformar agora em bandeiras do Governo, porque isso é ilegítimo.**

Tenham pelos menos respeito por isso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.**

(*) Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar responder a algumas questões que aqui me foram colocadas, nomeadamente pelos Srs. Deputados do meu círculo eleitoral.

Relativamente à coligação e às preocupações que eu tenho nessa matéria, devo dizer ao Sr. Deputado que julgo que V. Exa. está mais preocupado do que eu.

Ultimamente tenho recebido alguns comunicados que manda para os domicílios e para a comunicação social onde diz, por exemplo, que o Governo do PSD liderado por Victor Cruz vai fazer isto e aquilo.

Deputado Mark Marques (PSD): Pois, se eu acredito no futuro, o que é que quer que diga?

O Orador: Quando está a dizer isso, quero-me parecer...

Deputado Mark Marques (PSD): Que estou convicto daquilo que estou a dizer!

O Orador: ... que está a ocultar, de certo modo, a coligação, mas deixo este assunto para si. Não estou minimamente preocupado com a coligação, porque sei qual tem sido a reacção dos eleitores no meu círculo eleitoral em relação a essa matéria.

Em relação à questão das cooperativas, imensas vezes pedi nesta Casa para sair do seu gabinete e reunir-se com os directores das cooperativas.

Todos os Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista já se reuniram com a União das Cooperativas para perceberem essa problemática. Sabem tudo o que se passa relativamente a essa questão.

A nós, o Sr. Deputado não nos ensina absolutamente nada, porque estamos por dentro dessa questão. Pelos vistos, estamos muitíssimo mais bem informados que o Sr. Deputado.

Quanto às Casas do Povo eu citei inclusive as palavras do Sr. Deputado Paulo Valadão quando os senhores, de uma forma inconstitucional, quiseram acabar

com as Casas do Povo nesta Assembleia Legislativa Regional, em tempos que já lá vão.

Deputado Mark Marques (PSD): E isso desculpa o que estão a fazer agora?

O Orador: Para o Sr. Deputado não ter trabalho, eu forneço-lho uma cópia do diário das sessões.

Deputado Mark Marques (PSD): Eu vivo o presente. Não me prendo com o passado!

O Orador: Questões do seu tempo:

O Sr. Deputado mandou um comunicado para casa dos jorgenses muito solidário, porque as taxas aeroportuárias tinham aumentado em 3.82 cêntimos...

Deputado Mark Marques (PSD): E aumentaram!

O Orador: ... mas nunca defendeu 86% dos açorianos que já pagavam essa taxa.

Deputado Mark Marques (PSD): E o senhor achava bem que os jorgenses passassem a pagar.

O Orador: Achava, porque houve uma uniformidade nesta matéria.

Já que o Sr. Deputado quer falar nisso, onde é que o senhor estava quando nós pagávamos 33 contos para vir à Horta e os micalenses pagavam nessa altura pouco mais de 20 contos?

Eles pagavam 24 contos para vir a Horta e nós que estávamos a 50 km de distância pagávamos 33 contos.

Nessa altura o senhor calava-se nesta Assembleia.

Eu podia falar concretamente nos 10 mil escudos que se pagava a mais.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Tenho que me inscrever forçosamente.

Quanto às estradas, no tempo em que o senhor apoiava o Governo do PSD, naturalmente recebeu estas brochuras em sua casa, como todos os jorgenses receberam.

Deputado Mark Marques (PSD): Qual é a data?

O Orador: É da vossa campanha eleitoral em 96.

Nestas brochuras o Governo afirmava que tinha investido nas estradas regionais, em São Jorge, uns dinheirinhos da Comunidade Europeia que tinham sido atribuídos para esse fim. Temos também aqui os empréstimos bancários que foram autorizados junto do Banco Europeu de Investimento.

Os senhores tiveram até o descaramento de mencionar que fizeram as obras. Houve investimento financeiro, mas o investimento físico não apareceu.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Nunca vi ninguém, com seriedade, da bancada do PSD vir aqui defender os jorgenses.

Os senhores dizem que fizeram as estradas, mas o dinheiro desapareceu e as estradas estão por fazer.

O Sr. Deputado perdeu uma boa oportunidade para defender os interesses de São Jorge e dos jorgenses.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Instada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro a atribuir os louros destas medidas, eu gostaria de lembrar factos, já que agora gostam tanto de usar aqui esta palavra.

Deputado Mark Marques (*PSD*): **O slogan é vosso!**

A Oradora: **“Factos são factos”!**

É verdade que o PP apresentou propostas nessa matéria, tal como o PSD e o PS. Em 96, essas propostas foram aprovadas nesta Casa.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Em 96? O Sr. Deputado António Gomes tem que lhe explicar alguma coisa do passado!**

A Oradora: **Mas é preciso que se lembre também que em 2000, apesar do Governo Socialista já ter a maioria dos Deputados, não revogou nenhuma dessas medidas como os senhores fizeram em 92.**

Aliás, fez com que a actualização de qualquer desses complementos passasse a ser uma actualização anual. Portanto, o Governo reconheceu que era uma medida de justiça social essencial e manteve-a, não a revogou.

É também necessário termos em conta que o Governo Regional do Partido Socialista, na Região, não fez o que o Governo da coligação fez, que foi fingir que continua a querer o rendimento mínimo garantido, muda-lhe o nome, encapotando a vontade deliberada e declarada que todos sabemos que o PP tem de acabar com este rendimento social justíssimo.

Sabemos por maioria de razão, porque o Sr. Deputado Paulo Gusmão fez o favor de nos dizer daquela tribuna que não devemos subsidiar malandros.

Portanto, é isto que os senhores pensam destas medidas e é isto que o senhor pensa mas não diz, mas há outros do seu partido que o dizem.

Nós sabemos e os açorianos sabem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

(*) Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dar continuidade aos esclarecimentos que me foram pedidos.

O Sr. Deputado Aires Reis referiu a questão das escolas. Esse assunto o senhor tem que resolver com o seu colega de partido José Leovigildo. Enquanto

presidente de câmara, nas inaugurações das obras de reabilitação das escolas, o seu colega dizia que 85% do investimento era da responsabilidade do Governo Regional. Foi ele que disse isso em todos os seus discursos.

O senhor não pode vir neste momento dizer que foi a Câmara da Calheta que pagou tudo.

Relativamente às Casas do Povo, foi no tempo dos Governos do PSD que foi dado o dinheiro, na totalidade, para a construção das Casas do Povo.

O senhor tem que admitir que a Casa do Povo da Ribeira Seca foi feita no tempo deste Governo e que foi o Governo do Partido Socialista que deu todo o dinheiro para a sua construção.

Relativamente ao SICATE tenho que afirmar aqui que antes do SICATE existia um programa semelhante que se chamava SICAR (Sistema de Incentivos à Compra de Terras por Rendeiros).

Para que ele fosse posto em prática era preciso que o orçamento da Região tivesse verbas para resolver o problema dos lavradores.

O Sr. Secretário do Governo do PSD, Adolfo Lima, na sequência de uma interpelação que fiz, disse aqui, já na porta de saída, que ninguém tinha sido beneficiado através do SICAR, porque nunca se tinha orçamentado dinheiro para isso.

Portanto, não há um único lavrador nos Açores que tenha beneficiado do SICAR. Foi uma lei que nasceu, teve uma vida longa, mas morreu sem dar frutos, porque nenhum lavrador beneficiou dela.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Uma pergunta muito clara:

Os 85% do apoio que era dado em relação às escolas, eram fundos comunitários ou eram fundos da Região?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque este debate já vai longo.

Eu não lhe admito, Sr. Deputado António Gomes (nem eu, nem ninguém desta bancada!), que venha para aqui dizer que os Deputados do Partido Socialista...

Deputado António Gomes (PS): Não vamos jogar à porrada!

Orador: Não, não vamos jogar à porrada, porque eu tenho educação e uso a que o meu pai me deu.

Cada um dá aquilo que tem.

Sr. Deputado, vir aqui dizer que os Deputados do PSD não são honestos, penso que não fica bem.

Nós conhecemos bem o sector cooperativo leiteiro. Nós nunca dissemos mais do que o aval não foi cumprido.

Foi isso que os directores disseram aos senhores e foi isso que os senhores ouviram.

Uma pequena nota que o senhor, se calhar, na sua pesquisa aos seus arquivos, não notou.

Falou em médicos.

O senhor tem a habilidade, ou melhor, tenta habilmente fazer crer que de 96 a 2004 a máquina do tempo parou e que nos anos anteriores a 96 estava tudo mal.

A informação que eu tenho é que nos tempos do PSD tínhamos 10 médicos. Agora temos seis.

Mais. No quadro dos dois Centros de Saúde, temos 3 médicos.

Como o senhor sabe, e se não sabe devia saber, esta entrada e saída de médicos destabiliza o bom funcionamento daqueles centros de saúde.

A falta de médicos é tal – falo agora como Deputado e como Presidente da Casa de Repouso João Inácio de Sousa, que tem 80 idosos internados – que eu não consigo médicos em São Jorge para prestar assistência àquele lar.

Se o Sr. Deputado conseguir eu, humildemente, virei aqui no mês seguinte fazer um voto de congratulação. Deixo o desafio a si.

O senhor não pode vir para aqui dizer que há mais médicos, porque há menos médicos.

Nesta casa foi dito pela minha voz que a ex-Secretária da Saúde – neste momento não está na sala – sub-repticiamente, quase que teve que fechar o Centro de Saúde das Velas. Isso é que era grave, mas isso os jorgenses sentiram na pele.

Sr. Deputado, termino este debate, porque sobre esta matéria já percebemos que o senhor está preso aos fantasmas do passado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

(*) Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também vou ser muito breve, porque parece que o debate está esgotado.

Contra factos, não há argumentos!

Como disse o Sr. Deputado Aires Reis, obviamente que 80% são fundos comunitários.

Uma grande parte do orçamento da Região são transferências do Estado.

O dinheiro tem que vir de algum lado. Vem da Comunidade, vem do Estado, vem dos impostos. Não há nada mais claro do que isto e ninguém está a dizer o contrário.

O que é certo é que são dinheiros com destino à Região e a Região é que os vai gerir.

Ela entendeu que num programa de cooperação com as autarquias podia despende 85% para a reparação do parque escolar. Isso é tão simples como isso. Acho que estamos esclarecidos quanto a essa matéria.

O Sr. Deputado Mark Marques fala novamente no facto de eu estar ligado ao passado.

Para comparar a boa ou má gestão deste Governo, obviamente que tenho que ter um termo de comparação.

O termos de comparação que eu tenho, porque não é possível arranjar outro, é a governação passada do PSD.

Eu chamo o passado para estabelecer um termo de comparação com os Governos do PSD e os Governos do Partido Socialista.

Quanto ao aval, acho que não lhe fica bem continuarmos com essa questão, porque o Sr. Deputado Mark Marques e o seu líder regional conhecem perfeitamente toda a história do aval e até sabem que a solução era esta. As cooperativas sabem com que linhas é que se cosem.

Todos estamos cientes e bem informados sobre esse assunto.

Termino por aqui, porque não vale a pena falar mais dessa questão.

Presidente: Encerrado este debate, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para proferir uma intervenção.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A educação é a variável mais estratégica para alcançar a modernidade que todos ambicionamos para os Açores.

A democracia e, por consequência, a Autonomia apanharam-nos desprevenidos. A meio da década de 70 as nossas ilhas não dispunham dos meios necessários – nalguns casos nem sequer mínimos – para responder ao desafio da democratização do ensino, trazido pela Revolução de Abril. Faltavam professores habilitados, faltavam edifícios para albergar tanta gente e em tantos lugares, e faltavam os recursos financeiros, considerando que também urgia construir estradas, portos, aeroportos, centros da saúde, instalar electricidade, canalizar água, e tantas coisas mais.

As dificuldades, a multiplicidade de afazeres à roda das nossa ilhas, que precisavam de ser arrancadas do atraso de dezenas e dezenas de anos, e até mesmo a inexperiência de quem começava um ciclo novo em cinco séculos da nossa história, não inibiram o trabalho arrojado nem minguaram a obra.

De Rabo de Peixe ao Nordeste, de Santa Cruz da Graciosa à Calheta de S. Jorge, dos Biscoitos a Vila do Porto, em quase todos os concelhos foram construídas escolas para os ensinos preparatório e secundário e em muitas localidades edificadas e reparadas escolas do ensino primário, para usar a terminologia da época.

Como tudo na vida, houve erros, insuficiências e acidentes de percurso que, todavia, não apagam nem tão pouco ofuscam essa mudança estrutural vivida nos Açores. E mesmo nessas condições, sem fundos comunitários, foi possível construir uma escola, a das Laranjeiras, classificada pela OCDE entre as 200 melhores do mundo.

O tempo foi passando, surgindo novos conceitos e outras exigências, por exemplo, na tipologia das construções ou nos requisitos mínimos de equipamento. E também se caminhou para a elaboração de instrumentos de planeamento e de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino.

O valor estratégico destes documentos não reside na sua elaboração ou na sua existência, mas antes no acerto das opções e na capacidade de as concretizar, nos termos previstos.

A Carta Escolar dos Açores, com apenas quatro anos de vigência, acaba de ser revista. O curto espaço de tempo que durou aquela primeira versão só pode revelar o constrangimento e incumprimento das metas ali previstas. De 18 novos estabelecimentos de ensino previstos, apenas construiu duas (EB2,3/JI do Topo e EB2,3 dos Ginetes) e concluiu três (EB2,3 das Furnas, ES da Lagoa, EB2,3 da Maia). As outras 13 construções continuam apenas no papel (Secundária da Horta, EB2,3 da Horta, EB2,3/S das Lajes do Pico, EB2,3/S das Velas, EB2,3 do Ramo Grande, EB2,3 de S. Sebastião, EB2,3/A S. Carlos, EB2,3/JI da Ponta Garça, Secundária da Vila Franca, EB2,3 de Água de Pau, EB2,3/A da Levada, EB2,3 do Livramento, Secundária das Capelas).

Não se tratou, portanto, de um planeamento para períodos longos, conforme previa o documento inicial. Tão pouco faz sentido invocar “a necessidade de estabelecer para o período correspondente ao III Quadro Comunitário (2000-2006) uma previsão das necessidades de investimento da Região Autónoma dos Açores em matéria de infra-estruturas educativas”. À pobreza do texto agora publicado corresponde a penúria de argumentos, considerando que estão decorridos quatro dos sete anos daquele período de financiamento comunitário. A revisão da Carta Escolar empobreceu ainda mais aquele que devia ser um instrumento de planeamento e ordenamento prospectivos dos edifícios e equipamentos educativos dos Açores. Mais uma vez o Governo piorou com o tempo.

O documento publicado há seis semanas pouco diverge da versão inicial, de Janeiro de 2000. Quatro anos depois, repete os mesmos conceitos, as mesmas análises, o mesmo modelo de rede escolar, o mesmo texto.

Há, todavia, três diferenças. A primeira, inócua, é a actualização dos dados demográficos, de acordo com o último Censo da População. A segunda diferença consiste na eliminação de compromissos de construção de novos estabelecimentos de ensino, inclusos na anterior versão da Carta Escolar, como por exemplo as EB2,3 da Horta e de Velas, a secundária da Vila Franca ou as EB1/JI de Espalhafatos e Ribeira Funda, ambas no Faial.

A terceira diferença é a eliminação do calendário de execução das medidas previstas e da estimativa de despesa para as realizações propostas. Sem prazos e custos estabelecidos, o Governo pretende artificialmente garantir que não há atrasos nem derrapagens financeiras, e assim fugir à fiscalização democrática e ao juízo dos eleitores.

A elaboração da Carta Escolar, entendida como instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e ensino, pressupõe a efectiva participação de toda a comunidade educativa e dos órgãos de poder autárquico, requisitos que mais uma vez foram descurados.

A Carta Escolar, agora publicada, é omissa quanto à caracterização dos edifícios e do mobiliário e demais equipamento, em função do tipo de escola,

dos níveis de segurança, das exigências pedagógicas e dos padrões de qualidade e de funcionamento definidos, limitando-se a prever escolas para 900 alunos, em vez dos 600-700 anteriormente previstos.

A Carta Escolar também nada diz sobre as fontes de financiamento e é pouco clara na definição de responsabilidades nos domínios da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

A Carta Escolar esquece a rede de ofertas de educação e formação profissional, da responsabilidade das Autarquias e instituições privadas, não vislumbrando, por isso, uma estratégia de racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas.

Por fim, a Carta Escolar não teve em consideração a próxima alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo, designadamente quanto à estruturação dos ciclos de ensino e à duração da escolaridade obrigatória, em ambos os casos previsivelmente com significativo impacto no parque escolar.

A revisão da Carta Escolar é intempestiva e inconsequente. É mais uma oportunidade perdida.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PP)

Presidente: **Estão abertas as inscrições sobre esta intervenção.**

(Pausa)

Só está inscrito o Sr. Deputado José Rego, a quem dou a palavra.

(*) Deputado José Rego *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Joaquim Machado trouxe-nos uma intervenção passadiça, de críticas ao Governo na sua intervenção em termos de parque escolar da Região.

Começou por fazer uma boa análise ao sistema educativo dos anos 70, mas depois esqueceu-se do percurso e da responsabilidade que o PSD teve, durante 20 anos, a nível da educação desta Região.

Esqueceu-se de dizer que as ditas escolas que apregoou em várias sedes de concelho, hoje estão a ser reformuladas com valores muito superiores e estão a ser reconstruídas de raiz, porque o projecto foi de péssima qualidade para a Região.

Foi importante levar o ensino a esses concelhos, mas a aposta no projecto foi do pior que houve neste país, o que levou a que hoje em Vila do Porto e em Santa Cruz da Graciosa este Governo Regional invista grande parte do seu orçamento.

Como já disse nesta Casa, as escolas de Salazar foram mais rebustas do que as escolas construídas pelo PSD.

Uma única escola de raiz e bem feita, foi a das Laranjeiras.

Deputado Bento Barcelos (PSD): E a de Vitorino Nemésio!

O Orador: Tudo o resto está ser reformulado.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Eu estou a referir a escola apontada como exemplo pelo Sr. Deputado. Se ele se esqueceu das outras, eu também me esqueci.

Posso referir aqui a Vitorino Nemésio ou a Escola da Madalena, no Pico.

Deputado Lizuarte Machado (PS): A da Madalena fomos nós que a pagámos!

O Orador: Este Governo Regional está a reinvestir nesta Região e ninguém pode negar que é este Governo que está a fazer escolas de raiz para o futuro dos Açores.

Em relação ao 1º Ciclo, houve algumas escolas que foram feitas, mas foi este Governo com apoios comunitários e com dinheiro do Orçamento Regional que fez um trabalho digno a nível das escolas do 1º Ciclo.

Em relação à Carta Escolar, até agora defendida com unhas e dentes pelo PSD e pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, hoje encontra todas as críticas num

projecto que esteve em debate na Internet e que levou mais de um ano a ser reformulado.

Lá, não vi, mas o Sr. Secretário poderá dizer, qualquer intervenção do PSD para melhorar a Carta Escolar publicada há poucos dias.

A Carta Escolar é um bom documento de planeamento para a Região.

O Sr. Deputado Joaquim Machado esqueceu-se de ler todas as obras que estão concluídas e leu apenas as que lhe interessavam.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Sr. Deputado José do Rego não ouviu a minha intervenção ou então foi condicionado, porque não respondeu, nem a sua intervenção aborda as questões que eu levantei.

Não fiz uma apreciação sobre construções escolares, não fiz sobre a qualidade, embora tenha referido que mesmo com um quadro financeiro sem ajudas comunitárias, com uma multiplicidade de afazeres de investimentos em infra-estruturas ao redor de toda a Região, incomparavelmente absorventes de montantes financeiros maiores que os actuais, foi possível fazer escolas com qualidade, designadamente uma que figura entre as 200 melhores do mundo, segundo a classificação da OCDE. Não foi apenas essa. Foi essa, foi a de Vitorino Nemésio, a de Cardeal Costa Nunes na vizinha Vila da Madalena, como muitas outras.

É evidente que só algum espírito menos tranquilo ou menos intencionado, é capaz de hoje exigir que em 1976 e 1977 se utilizassem materiais, técnicas de construção e projectos de acordo com o que hoje temos disponível no mercado.

A minha intervenção, abordando a Carta Escolar, incidiu, não nestas matérias, mas numa coisa que é essencial num instrumento de planeamento, que é ter

uma previsão, elaborar prioridades e definir estimativas de custo. Isso o Governo Regional, pura e simplesmente, omitiu deste documento.

Também disse que há apenas 3 diferenças entre a Carta Escolar anterior e esta, para além de retirar do calendário de execução de obras, prioridades e estimativas de custo.

Os dados demográficos são actualizados (mas isso não tem nenhuma importância).

Temos a eliminação de compromissos, designadamente a Escola Secundária de Vila Franca do Campo, que desapareceu nesta versão, as Escolas Básicas e Integradas e Jardins de Infância de Espalhafatos e Ribeira Funda.

Para além disso, é omissa na caracterização dos edifícios. Apenas tem a habilidade – a Carta anterior previa a construção de escolas com 700 alunos – de dizer que vai construir para 900. Aquelas escolas pequenas que o Sr. Secretário andou sempre a defender, agora vão ser um bocadinho maior.

Também é omissa quanto ao equipamento, aos níveis de segurança, às fontes de financiamento, às redes de oferta de educação.

Não fala do que existe em termos de formação profissional. Portanto, não tem uma perspectiva racionalizadora e complementar de tudo isto.

Esquece a futura Lei de Bases da Educação.

Vamos à questão da discussão pública.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): O senhor teve tanto tempo para fazer a Carta Escolar e não fez. Agora vem falar?

O Orador: O Sr. Secretário quer participar neste debate? Faça favor. Inscreva-se e participe. Escusa de fazer esse papel, que não fica muito bem – permita que com amizade lhe diga – de ruído de fundo. A mim não me perturba nada.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Mas incomoda.

O Orador: Há uns papéis de umas figuras menores que, de facto, incomodam os bons sentidos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Vasco Cordeiro*): Um homem deste tamanho, figura menor?

O Orador: Posto isto, vamos à discussão.

Em primeiro lugar, o Governo Regional não submeteu à apreciação dos conselhos locais de educação ...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): **Essa é boa!**

O Orador: **... nem às Câmaras Municipais esta revisão da Carta Escolar.**

Em segundo lugar, apresentou esta revisão da Carta Escolar aos Presidentes dos Conselhos Executivos numa reunião havida no Pico no dia 23 de Janeiro, mas a Carta havia sido publicada no dia anterior, dia 22 de Janeiro, e aprovada em Conselho do Governo no dia 6 de Janeiro.

Se este é o diálogo e o debate que houve em torno desta Revisão da Carta Escolar, estamos conversados.

Há ainda mais um elemento que é importante.

De facto, houve um documento que, envergonhadamente esteve disponível no site da Secretaria da Educação.

Presidente: **Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.**

O Orador: **Vou concluir, Sr. Presidente, sem prejuízo de uma futura intervenção.**

Esse documento que esteve em discussão pública não corresponde àquele que foi publicado, sem que tivesse parecer no sentido de fazer essas alterações.

Eu digo quais são as alterações:

Nas páginas 27 e 28 do tal documento que esteve disponível na Internet, a f), dizia “opções: construir...

Presidente: Sr. Deputado, vai ler isso tudo?

Eu fico um bocado embaraçado, porque ninguém respeita ninguém aqui dentro.

O Orador: Sr. Presidente, eu tomo em consideração as suas palavras e vou-me calar imediatamente, inscrevendo-me antecipadamente e desta forma.

Mas tenho que dizer, com sinceridade, Sr. Presidente, que registo o facto dessas observações, sobre cumprimento ou não do Regimento, de haver regra ou não e outras coisas do género, são sempre feitas por V. Exa. quando eu estou a intervir.

Raramente, e o Diário das Sessões fará prova disso, ...

Presidente: Não é verdade, Sr. Deputado.

O Orador: ... V. Exa. faz anotações dessas a outros deputados, designadamente da bancada do Partido Socialista.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Obrigado.

O Sr. Secretário Regional da Educação pediu a palavra.

Eu vou dar-lhe a palavra tendo em conta uma interpretação regimental determinada em Novembro de 2003 na Conferência de Líderes.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aproveito esta oportunidade para esclarecer o Sr. Deputado em relação a duas matérias.

Foi enviado um ofício a todas as entidades a dizer que a Carta Escolar estava disponível. Muitas entidades participaram na discussão.

Porque houve uma interpretação se devia ou não ser feita face à legislação da República que criou as Cartas Municipais, a Carta Escolar esteve quase um ano em discussão.

Ela foi objecto de tantos pareceres quantos aqueles que quiseram.

Sr. Deputado, é normal, é natural e é necessário, que entre aquilo que é posto em discussão e aquilo que é aprovado, haja diferenças.

Com certeza que houve diferenças que resultaram da reflexão, que foi feita por um conjunto de pessoas que disso se encarregaram, dos pareceres recebidos. Obviamente que isso se reflectiu no documento.

Seria extraordinário que se colocasse um documento para parecer e no fim o seu conteúdo fosse rigorosamente o mesmo.

Assim, não teria sido necessário fazê-lo.

Era bom, Sr. Deputado, que o senhor se ativesse àquilo que é abordado.

Há questões que o senhor aqui levantou que eu não protesto, porque são assim, mas essa dos pareceres não é assim.

A Carta Escolar foi colocada para parecer cerca de um ano antes da sua data de aprovação, porque o processo ficou suspenso cerca de um ano por razões que

tiveram a ver com a alteração legislativa que aconteceu a nível da República e de um parecer jurídico que entretanto se obteve sobre essa matéria.

Foi isso que foi feito, Sr. Deputado, e é bom que o senhor ao menos respeito aquilo que são factos.

Outra questão que o Sr. Deputado levantou, prende-se com a qualidade da Carta Escolar.

O senhor foi membro de um Governo. Teve tempo suficiente para apresentar uma Carta Escolar.

A obrigação de fazer uma Carta Escolar consta da transferência de competências para a Região feita em Agosto de 1978.

Até à primeira Carta Escolar nunca foi dada execução ao que está no Decreto-Lei que transfere competências.

Por isso a Carta Escolar, com todas as imperfeições que o senhor lhe possa apontar, hoje existe, quando no passado não existia. Era obrigação do Sr. Deputado, na altura em que foi membro do Governo, tê-la feito. Não fez, por isso agora não me parece que lhe reste moralidade para vir aqui apontar que ela tem isto ou não.

Quanto às alterações, a Carta Escolar de 2000, de acordo com aquilo que está na própria resolução que a aprovou, dizia que todos os anos se haviam de fazer alterações.

Se alguma coisa aconteceu foi que a Carta esteve em vigor 4 anos em vez daquilo que era esperado, que eram as actualizações anuais. Porquê?

Porque se concluiu que não fazia sentido fazer actualizações anuais, porque a velocidade de evolução do sistema da educação não justificava.

Parece-me que uma alteração de quatro em quatro anos é mais do que razoável, porque é um instrumento de planeamento que deve estar constantemente actualizado.

O Governo Regional tem a obrigação de a actualizar, sempre que detecte uma desactualização da Carta Escolar. É isso que deve ser feito.

É um instrumento de planeamento e é como tal que deve funcionar.

O Sr. Deputado, infelizmente, nunca entendeu que fosse assim, nem sequer percebeu que era uma Carta Escolar.

É esse o seu problema. Anda há anos com esse discurso miserabilista quando a Carta Escolar foi uma grande conquista para o sistema educativo dos Açores e trouxe uma mudança qualitativa na forma como os Açores têm feito investimentos na educação. Infelizmente o Sr. Deputado não percebeu e julga que a Carta Escolar é uma lista, tipo lista de mercearia. Não é!

Obrigado.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.**

(*) Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:**

Esta intervenção do Sr. Secretário Regional comprova, se não tudo, pelo menos uma grande parte do que eu disse, designadamente em termos da discussão pública.

Naqueles concelhos onde não está instituído o Conselho Local de Educação, o que seria natural era que a Secretaria Regional enviasse às respectivas autarquias a Carta Escolar para parecer.

De facto, há autarquias, onde não existe o Conselho Local de Educação, que não receberam nem a Carta Escolar nem qualquer pedido de parecer sobre esta matéria.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Nenhuma recebeu.

Apenas foi feito um ofício a dizer que a Carta Escolar estava disponíveis na Internet!

O Orador: Sobre a discussão, o Sr. Secretário também não desmentiu que a Carta Escolar que foi apresentada aos Presidentes dos Conselho Executivos, ...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): A Carta Escolar foi feita e posta à discussão durante um ano. Pelo amor de Deus!

O Orador: ... e posta à consideração dos açorianos, se quisermos tomar esta versão da Internet, é de facto um documento que traz diferenças em relação ao que foi publicado.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Naturalmente!

O Orador: Naturalmente, Sr. Secretário. Subscrevo naturalmente.

Mas vamos ver que diferenças foram essas e de que resultam essas diferenças.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Resultam de opções!

O Orador: A primeira diferença vem nas páginas 27 e 28 da versão posta em discussão pública, designadamente quando prevê a construção de uma Escola Secundária em Vila Franca do Campo.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): E o senhor sabe o que é que aconteceu entretanto?

O Orador: Mais à frente, a páginas 40, também diz que, no caso do Faial, prevê-se a construção de Escolas Básicas do 1º Ciclo e Jardins de Infância para Espalhafatos e Ribeira Funda.

Pergunta-se: será que num e noutro caso houve pareceres das Câmaras Municipais, dos Conselho Locais, de alguns Srs. Deputados que defendessem o desaparecimento destas novas construções?

Mas há mais uma diferença em relação ao Concelho da Povoação.

Na versão inicial, nada se dizia sobre a concentração de Escolas do 1º Ciclo na Vila. Muito bem. Sabe porquê, Sr. Secretário? É porque a Carta publicada no dia 22 de Janeiro passado, prevê a concentração de todos os alunos do 1º Ciclo, da Freguesia de Povoação, no único edifício na Vila, esquecendo que o anterior Presidente da Câmara, que por acaso era do Partido Socialista, investiu muito dinheiro (mas bem, se se tivesse mantido a opção) em 4 escolas que agora, pura e simplesmente, vão ser encerradas, designadamente na Lomba do Cavaleiro, na Lomba do Carro, na Lomba do Pomar e na Lomba do Botão.

O Sr. Presidente de Câmara, Carlos Ávila, investiu em 4 escolas que o senhor agora, contrariamente ao documento que colocou disponível na Internet, diz que são para fechar e que vão fazer novas para poder concentrar os alunos na Vila da Povoação.

Portanto, sobre a questão da discussão pública estamos conversados.

Há ainda mais um pormenor.

Termino esta discussão referindo-me à falta de rigor do documento que foi publicado.

O documento que foi publicado, a determinada altura, na página 48 do Jornal Oficial desse dia 22 de Janeiro, diz: "... Água de Pau tenha uma Escola EB 2/3 a funcionar provisoriamente na Secundária da Lagoa".

A funcionar provisoriamente na Secundária Lagoa, Sr. Secretário? Quando?

Que eu saiba, a Escola Básica 2/3 de Água de Pau deixou de existir sem que o senhor tivesse tido até agora a coragem de a extinguir por um diploma.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Essa escola, que é uma escola fantasma, que não aparece na lista dos concursos, nem nas vagas para professores, não foi revogada, não tem conselho executivo e não funciona.

Diz que ela provisoriamente está a funcionar na Escola Secundária da Lagoa. E a Escola Secundária da Lagoa, que é uma escola pura, desde Setembro, 5 meses antes da publicação da Carta, tem o 3º Ciclo a funcionar.

Portanto, nem neste pequeno rigor, que seria uma pequena adaptação do texto, esta Carta Escolar conseguiu cumprir com a sua função.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Joaquim Machado fez uma intervenção que não mereceu reparo na maior parte daquilo que disse, mas agora, infelizmente, está a entrar por coisas que, pura e simplesmente, não são assim, por razões factuais.

Quanto à questão da discussão, Sr. Deputado, ela foi feita há cerca de um ano. Aquilo que o senhor diz que foi comunicado, foi porque tinha sido aprovada a Carta Escolar.

Foram discutidas as questões que resultavam dessa aprovação. Foi isso que aconteceu.

É ridículo que o senhor venha aqui com essa forma de intervir tentando misturar factos e criando confusão em relação a coisas que são factos.

Quanto à questão das opções, Sr. Deputado, elas resultam em boa parte de uma discussão que tem a ver com a futura organização da rede escolar, face aos diversos ciclos.

No caso concreto de Vila Franca, houve uma discussão profundíssima, que envolveu muita gente na escola. Eu próprio participei em três ou quatro reuniões sobre essa matéria em que se achou que essa era a melhor solução. É por causa disso que ela desaparece.

Desaparece, porque simplesmente se chegou à conclusão que não há alunos que justifiquem a criação de uma escola para o 10º, 11º e 12º anos. Foi essa a razão.

Foi uma decisão participada.

Quanto às outras duas escolas do Faial que o senhor falou, são escolas que nesta altura teriam entre os 5 e os 7 alunos. Não têm mais do que isso. Foi por essa a razão que saíram de lá. Entretanto, a evolução demográfica, infelizmente, levou a isso.

Em relação àquilo que o senhor fala na Povoação, não há nenhuma intenção de criar uma escola que concentre todos os alunos já.

O que foi dito foi que, face à aceleradíssima diminuição demográfica que se está a verificar, a escola deve estar preparada para o dia em que tal seja necessário fazer essa concentração. É isso que se pretende e é isso que está a ser discutido.

O Sr. Deputado não lê as coisas, não percebe, não fala com as pessoas e depois chega aqui e faz intervenções que chegam a ser caricatas pela enorme ignorância que o senhor revela. É isso que acontece.

Há coisas que têm de ser conhecidas antes de serem faladas.

Em relação à questão do número de alunos e às opções que são tomadas, elas estão a ser tomadas em consonância com aquilo que o Governo Regional entende que é a evolução do número de alunos e daquilo que o Governo Regional entende que são as necessidades educativas a satisfazer.

Quanto à questão da Escola da Horta, pergunte ao seu parceiro do lado quais as razões que ele saberá explicar.

Muito obrigado.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.**

(*) Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:**

Não fosse alguma intempestividade e tempestividade desta declaração do Sr. Secretário, o debate estava concluído.

Eu não posso deixar passar essas declarações sem um reparo.

Não vou discutir nem defender o meu conhecimento ou a minha ignorância nestas matérias.

Uma coisa lhe digo, Sr. Secretário: eu assumo o que digo, repito o que digo e nunca minto.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): E eu também!

O Orador: Para bom entendedor, meia palavra bastará.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Não. Aí eu exijo que o senhor explique!

O Orador: Tenho que dizer mais:

Quando me acusa de ignorância nesta matéria, fico na dúvida a qual de nós caberá melhor esse epíteto, porque na página 50 do Jornal Oficial do dia 22 de Janeiro, diz-se: “Grande reparação e ampliação da Escola Básica da Povoação de forma a permitir a concentração de todas as actividades escolares da freguesia naquele edifício”.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Quando for necessário!

O Orador: Não, não diz quando for necessário. Diz que é para permitir.

Mas o problema é exactamente esse, Sr. Secretário. É que esta Carta Escolar, como não tem calendário, nunca se sabe quando. O quando aqui é conforme lhe convier.

Não pode ser conforme lhe convier. Tem que ser de acordo com o interesse das populações.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): É isso que está a ser feito!

O Orador: Neste caso, Sr. Secretário, das duas uma e o senhor escolha: ou o seu camarada Carlos Ávila, enquanto Presidente da Câmara da Povoação, planeou mal e gastou mal o dinheiro reparando escolas onde a previsão de alunos era reduzida, como o senhor diz, ou então esta decisão que agora nos apresenta de concentrar na Vila, para eventualmente ter benefícios até ao nível do sucesso escolar, é uma decisão errada. Um dos dois errou nesta matéria, ou o investimento ou a proposta que aqui faz.

Quanto à minha ignorância, Sr. Secretário, não sei se foi por esquecimento de V. Exa., se foi por incómodo, ou se foi por sua ignorância, mas não referiu nem rebateu nada do que eu disse relativamente à Escola Básica 2/3 de Água de Pau, que é uma escola fantasma que desapareceu, designadamente de todos os processos dos quadros de escola que foram publicados, do processo de concurso dos professores que ninguém sabe como é que está, e da Escola Secundária da Lagoa que desde Setembro passado é uma escola do 3º Ciclo e Ensino Secundário e que aqui nesta Carta Escolar, publicada no dia 22, continua a ser mencionada como uma Escola Secundária.

Deputados Luís Medeiros e Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Apenas para lhe dizer duas coisas:

Por um lado, que em termos da estrutura da rede escolar, com certeza que o senhor não duvidará que eu, nesta altura, conheço todas as escolas, as suas necessidades e a sua história. Portanto, não me fale em ignorância.

Quanto à questão da Escola de Água de Pau, gostaria de lhe dizer que foi suspenso o seu funcionamento, mas existe um conselho executivo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi suspenso?

O Orador: Claro. Foi suspenso, por despacho, o seu funcionamento e está publicado. Eu hei-de procurá-lo.

A escola 2/3, nunca existiu.

Há uma Escola Básica Integrada de Água de Pau que funcionaria até ao 9º ano. É isso que existe.

A Escola Básica Integrada integraria uma 2/3 e as escolas do 1º Ciclo, que nesse caso são duas.

O que se passa é que a componente 2º e 3º ciclo, que funcionava provisoriamente, deixou de funcionar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A 2/3 de Água de Pau está aqui no Jornal Oficial!

O Orador: A 2/3 de Água de Pau já existiu e agora está suspenso o seu funcionamento. Qual é o problema?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas existe.

O Orador: Existe. Está criada por...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor acabou de dizer que não existia!

O Orador: Desculpe, Sr. Deputado. Essa escola não existe enquanto unidade orgânica. Nunca existiu um Conselho Administrativo na 2/3 de Água de Pau. Existe sim uma escola chamada Básica Integrada de Água de Pau que tem essa componente.

O Sr. Deputado nem percebe como é que funciona uma básica integrada. O que é que hei-de fazer?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está aqui no Jornal Oficial.

O Orador: **Está no Jornal Oficial. O senhor não percebe. É escusado.**

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor acabou de dizer que não existe e existe!

O Orador: **Não existe.**

Presidente: **Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.**

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já por diversas vezes trouxemos a este Parlamento o péssimo estado em que se encontram as Estradas Regionais das Flores, a sua degradação e o abandono a que foram votadas pelo Governo Regional.

Quando, nesta Assembleia, se analisou o Plano e Orçamento para 2003 e por proposta do PS, foi reforçada a verba destinada às Estradas das Flores; nesse ano de 2003 o Conselho de Ilha das Flores levou ao conhecimento do Governo Regional a sua sugestão de ser repavimentada a estrada regional que dá acesso à freguesia da Fajã Grande. Porém, em 2003 nada foi executado.

O Plano para 2004 consignou “o lançamento do concurso e início dos trabalhos de correcção e repavimentação da Estrada Regional n.º 1-2ª até à Ribeira da Cruz”.

Quando o Governo Regional visitou as Flores, no ano transacto, anunciou para breve a reabilitação das estradas regionais das Flores, com contratos escritos e anúncio de obras. Mas afinal tudo continua na mesma.

Ontem fiquei estupefacto quando tive conhecimento de uma notícia divulgada pelo Governo Regional à Comunicação Social, distribuída pela Lusa e que cito:

“O Governo açoriano anunciou um investimento de 2,8 milhões de euros na recuperação de 12,2 quilómetros da principal estrada da Ilha das Flores, que liga as vilas das Lajes e Santa Cruz.

Segundo fonte do Executivo regional, as obras, com um prazo previsto de um ano e meio, vão incluir a correcção de curvas, melhorias no sistema de drenagem, pavimentação e sinalização horizontal e vertical.

Com cerca de quatro décadas, o pavimento do principal eixo viário da Ilha das Flores, com uma extensão total de 16,6 quilómetros, apresenta um elevado estado de degradação, que reduz as condições de segurança dos condutores” – fim de citação.

Mais uma vez o Governo Regional anuncia a pavimentação de parte da Estrada Regional entre Lajes e Santa Cruz das Flores.

Mas, mais uma vez, quero afirmar e reafirmar, que as Estradas Regionais das Flores, continuam, hoje, exactamente no mesmo estado em que se encontravam no passado, ou melhor dizendo, as estradas das Flores têm vindo a degradar-se sem que tenha existido nos últimos anos qualquer recuperação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Periodicamente o Governo Regional anuncia milhões para as estradas das Flores – anunciou na visita à Ilha em 2002, anunciou na visita em 2003, anunciou quando se analisou o Plano e Orçamento para o corrente ano, volta agora a anunciar, mas é bom que fique claro, que este Governo Regional, até ao presente, não investiu nada na recuperação das estradas regionais das Flores. E, não nos podemos esquecer que este Governo tem apenas 6 meses para investir no que quer que seja, ou melhor, o seu tempo está a acabar e, até aqui, teve tempo suficiente para mostrar o que valia.

Em relação às estradas regionais das Flores, este Governo não valeu nada, até ao presente. Por isso, terá de andar depressa para mostrar alguma obra feita. Embora possa ter intenção de fazer alguma coisa com objectivos apenas eleitoralistas, faça

qualquer coisa bem feita. Que invista bem e depressa, porque até ao presente nada investiu.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: **Estão abertas as inscrições.**

(Pausa)

Tenho inscritos o Sr. Deputado Herberto Rosa e a Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(* Deputado Herberto Rosa *(PS)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:**

O Sr. Deputado Paulo Valadão trouxe-nos uma intervenção oportuna, que levanta uma questão importante.

Fiquei sem perceber se o Sr. Deputado se congratula ou lamenta com a decisão de adjudicar a um consórcio, por 2,8 milhões de contos, a reabilitação de 12,2 Km no principal eixo viário da Ilha das Flores. Por isso gostaria que esclarecesse a câmara.

Ao citar a notícia, eu não percebi bem que posição está a tomar sobre essa matéria.

Acontece, e eu prezo-me por ter contribuído em devido tempo para esses acontecimentos, que a estrada do Ramal da Fajã Grande está adjudicada. Está consignado e neste momento as empresas que têm essa tarefa a seu cargo estão a montar um estaleiro para iniciar as obras. Certamente que o Sr. Deputado conhece esta situação e se desceu o Vale da Ribeira da Cruz, recentemente, apercebeu-se desse facto.

Depois de todas as *demarche* e depois de todos os procedimentos necessários, a obra está em fase de arranque.

Neste momento, depois de dotar o orçamento das verbas necessária, de fazer a abertura de concurso, que foi o ano passado, e de analisar as propostas, foi adjudicada a reabilitação da estrada Lajes/Santa Cruz a um consórcio por 2,8 milhões de euros.

Devia ter sido há mais tempo? Certamente que sim.

Se eu gostava que tivesse sido há mais tempo? Ninguém gostaria mais do que eu.

Agora há uma coisa que, sinceramente, Sr. Deputado, eu não posso deixar sem reparo.

Tenho muito respeito por V. Exa. mas as inverdades têm que ser denunciadas.

V. Exa. disse, com todas as palavras, que este Governo não fez nada em termos de rede viária das Flores.

Pergunto-lhe: a ponte da Ribeira Grande significa nada? A ponte da Ribeira do Ferreiro significa nada? A ponte da Ribeira da Cruz, significa nada? A ponte da Ribeira do Cascalho significa nada? A reabilitação, em Ponta Delgada, resultante das calamidades, que fomos nós que pagámos, significa nada? A recta das Lajes também significa nada?

Era isso que gostava que me esclarecesse.

Obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colega do Governo:

Para prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Paulo Valadão que foram antecipados pelo Sr. Deputado Herberto Rosa.

Foi com algum espanto que ouvi a sua intervenção, porque inicialmente pensei que se ia congratular com o início da obra. Depois percebi que afinal não era uma congratulação, era um lamento.

Relativamente às duas obras que foram anunciadas, tal qual como já foi referido, o Ramal da Fajã Grande é uma obra consignada e, inclusivamente, a firma já está instalada nas Flores para começar a obra.

Quanto à estrada principal da ilha, Santa Cruz/Lajes, a empreitada também está adjudicada por 2,8 milhões de euros. Penso que será uma obra que demorará 18 meses e corresponde a uma obra de 12,2 Km.

A nossa sensação e o nosso espanto surge na sequência de esperarmos que esse fosse um acto de congratulação, porque são obras importantes para a ilha.

Trata-se de uma rede viária que não foi tão bem tratada ao longo destes anos, cujo atraso na sua recuperação o Governo reconheceu quando o ano passado esteve em visita estatutária à ilha.

Portanto, foi por reconhecer algum atraso na recuperação desta rede viária, mas também compreensível porque temos tido a questão do processo de reconstrução que muitas vezes fez desviar verbas afectas à rede viária, que esperávamos que houvesse algum regozijo no anúncio do início dessas obras.

Efectivamente, não houve. É de lamentar, porque quando as coisas são bem feitas devem ser mencionadas e sublinhadas.

Quando não são feitas, critica-se. Quando são feitas, volta-se a criticar.

Julgo que isso não fica bem no papel do Deputado.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(*) Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu costumo ser preciso nas palavras.

Eu não disse que os Governos do Partido Socialista não tinham feito nada em relação à rede viária das Flores.

Eu disse que este Governo Regional, que neste momento está representado pela Sra. Secretária e pelo Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, não fez nada rede viária da Ilha das Flores.

Este Governo Regional que está em fim de ciclo, que está a 6 meses de terminar o seu mandato, não fez nada naquela rede viária. É esta a realidade.

Deputado Herberto Rosa (PS): É bem diferente!

O Orador: Se é diferente, diga-me o que é que fez, porque aquelas infra-estruturas que o senhor referiu foram feitas pelo Governo Regional anterior: a ponte da Ribeira Grande, a ponte do Ferreiro, as obras em Ponta Delgada.

Deputado Herberto Rosa (PS): Quem fazia parte desse Governo?

O Orador: As duas pontes foram concebidas, em termos de projecto, pelo governo anterior ao Sr. Madruga da Costa.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é a realidade nua e crua; esta é a realidade histórica.

Portanto, este Governo Regional, em relação a obras nas estradas das Flores não fez nada.

Em relação às obras que agora se iniciam, Sra. Secretária, V. Exas. anunciaram isto em 2002, em 2003, quando estiveram nas Flores e voltaram a anunciar ontem. Para quê?

Comecem as obras.

O Sr. Deputado Manuel Herberto fala no estaleiro.

Sr. Deputado, há 10 dias esteve uma máquina a trabalhar 4 horas. Esta é a realidade, Srs. Deputados.

Aquilo que o Sr. Deputado Herberto falou do estaleiro, foi uma máquina, durante 4 horas a iniciar o terraplano.

É esta a obra que ontem estava feita na Ilha das Flores em relação ao início de obras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós lamentamos que até hoje o Governo nada tenha feito nas estradas das Flores.

Nós continuamos a lamentar que este Governo nada tenha feito, até hoje, nas estradas das Flores.

Nós desejamos que a obra esteja implementada, mas só vamos acreditar à medida que a obra for feita.

Uma coisa é certa: esta obra, daqui a 6 meses, apenas estará no início.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.**

(*) Deputado Herberto Rosa (*PS*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:**

Para que conste no diário, o Governo que recuperou toda a rede viária afectada pelas calamidades, foi o governo...

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): **Não foi este Governo, Sr. Deputado.**

Foi o Governo anterior!

O Orador: **Eu estou no uso da palavra, Sr. Deputado.**

Respeitei-o silenciosamente.

Deputado Mark Marques (*PSD*): **Os apartes são regimentais!**

O Orador: **Portanto, para que fique em acta, o Governo que recuperou toda a rede viária das Flores, afectada pelos temporais de 95 e de 96, foi o Governo da**

responsabilidade do Partido Socialista liderado por Carlos César, para que não se pense que os Governos anteriores eram todos do PSD.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

O Orador: As palavras do Sr. Deputado e aquilo que é a tradição de linguagem nesta Casa, podia levar a entender que tinha sido um governo de outra cor partidária.

Pergunta-me o que é que este Governo Regional, também liderado por Carlos César, que está em funções, que vai até Outubro e depois com outro número, mas com o mesmo nome há-de continuar, graças a Deus e à vontade dos açorianos, porque tem muita mais obra importante para fazer,...

Deputado Costa Pereira (PSD): *Já não tem tempo!*

O Orador: ... fez em relação à rede viária das Flores.

Para além de alguns aspectos de segurança – em Dezembro fez uma intervenção na rede viária que ameaçava perigo – decidiu intervir. Para isso dotou financeiramente dos meios necessários, lançou concursos, adjudicou obras, consignou obras, tudo passos que parece-me que, a não serem cumpridos, o Tribunal de Contas não iria certamente aceitar.

As empresas estão no terreno. Vejo que o senhor deputado não conhece a realidade no momento, porque se passasse onde eu disse que devia ter passado, ou seja, no Vale da Ribeira da Cruz, tinha visto que existem máquinas, porque entretanto vêm barcos e trazem os camiões. As máquinas não surgem do céu nem se compram no supermercado.

As empresas que lá estão – por uma questão de publicidade não vou citar – já têm os contentores para o pessoal, já estão a montar o seu parque, têm “caterpillar”, têm camiões, estão a deslocar pessoal e, obviamente, vão fazer a obra.

Sr. Deputado, quando chegar ao Verão, se formos aos banhos, com a obra da Fajã Grande concluída, temos que ir com cuidado, porque vamos andar

depressa sem nos apercebermos a que velocidade é que vamos, porque a estrada vai estar muito boa.

Essa estrada estará pronta e a outra certamente estará em execução. Tem 18 meses para ser feita. Nenhuma obra se acaba antes de iniciar.

Inclusive, nem sequer há nenhuma surpresa, porque quando se fez a reprogramação do PMP 2001/2004, nesta Casa, discutimos e foi dito claramente – o PS não mente aos açorianos, nem aos florentinos – que não era possível começar em 2003, mas que se ia começar efectivamente em 2004.

Todos nós gostaríamos que as coisas tivessem sido feitas ontem.

Houve constrangimentos. Houve necessidade de adiar.

Há coisas que, felizmente, já estamos a executar.

Há coisas que não conseguimos fazer, mas atrás de tempo, tempo vem e cá estaremos, firmes e determinados, para levar essa tarefa a bom curso.

Confiamos em nós próprios e sabemos que os açorianos também confiam em nós.

Deputado Paulo Messias (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(*) Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Herberto Rosa:

Aquilo que eu disse, afirmo e reafirmo.

Três anos e cinco meses é muito tempo para começar aquilo que é fundamental, necessário, que há muito tempo se espera e que há muito tempo devia ter sido iniciado. Esta é a realidade.

Não é pelo facto de haver muitos camiões, muitos caterpillars, dois ou três contentores junto à Ribeira da Cruz, que o problema das estradas das Flores está resolvido.

Vamos continuar a afirmar e a reafirmar.

Vamos acreditar à medida que virmos a obra feita.

Gostaríamos de acreditar, como o Sr. Deputado Herberto Rosa, que daqui a dois ou três meses a parte da Fajã Grande estaria pronta, mas não acreditamos.

Havemos de ir lá e havemos de trazer esta matéria aqui se for necessário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(*) Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Parece-me que a situação está esclarecida.

Este Governo está a fazer dentro do seu mandato e vai cumprir.

Há uma questão, Sr. Deputado, que eu quero deixar aqui bem vincada, perante esta câmara e perante aqueles que nos ouvem.

Nós já tivemos debates deste tipo. Eu recordo, por exemplo, que há um ano atrás, em Maio do ano passado, numa intervenção muito semelhante, o Sr. Deputado também punha em causa avançarmos com a obra da aerogare e com a do porto das Lajes.

O senhor tem essa posição. Eu aceito. É uma posição, eu diria, um pouco como a de São Tomé: ver para crer!

Neste momento, já está começando a ver. Vai ver mais no futuro.

Na aerogare já está vendo. Vai ver mais no futuro.

No porto das Lajes já está a ver. Vai ver mais no futuro.

Na escola já viu e pode voltar a ver todos os dias. Há pouco, falou-se em escolas, mas não se falou na escola das Flores.

Portanto, as coisas são assim, Sr. Deputado.

O que o senhor não pode querer, mas se quer pois que queira, é que as coisas se acabem antes de começar.

As obras começaram, vão seguir, vão ter o seu termo. Nós estamos satisfeitos porque as coisas estão começando a fazer-se. Empenhámo-nos sempre em que

as coisas se fizessem e porque elas agora estão a se fazer, congratulamo-nos com isso.

Alguns, quando as coisas se começam a fazer, lamentam que elas ainda não tenham sido feitas.

São posições e eu respeito.

Da nossa parte estamos muito satisfeitos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(* Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Herberto Rosa:

Eu não ponho em causa o seu empenho, como o senhor não põe o meu, em relação a que essas coisas se façam.

O que é lamentável e o que eu lamento, é que é necessário o nosso empenho, a nossa resistência. É necessário trazer estas matérias para que se veja finalmente fazer alguma coisa.

Até que enfim!

O senhor citou as duas obras que começaram: a da aerogare e a do porto das Lajes.

Ainda bem que começaram.

O que é fundamental é que se trate as ilhas pequenas ao mesmo nível das ilhas grandes;...

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... é que se trate os investimentos nas ilhas pequenas de acordo com as necessidades das ilhas pequenas.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

O Orador: Para que isso se consiga, é preciso “tirar a ferros”. Esta é a realidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: **Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.**

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com este governo e próximo governo de Carlos César que se perspectiva a concretização de novos projectos que, um pouco por toda a Região, irão contribuir para a criação de melhores condições, para o bem-estar das pessoas, mas também para o seu progresso.

Deputado Mark Marques (PSD): Não disse isso com convicção!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mandaram-lhe dizer, mas ele não acredita!

O Orador: A emigração é um fenómeno natural da humanidade, que se tornou, por razões demográficas e materiais, num movimento de mudança e deslocalização corrente nos últimos três séculos principalmente.

Nós somos, tradicional e historicamente, um povo emigrante. Os nossos fluxos migratórios são frequentes e cíclicos, dependendo de circunstâncias muito específicas, com preponderância, como, aliás, sucede com praticamente todos os outros povos, do factor económico.

Emigramos porque queremos viver melhor, fugir à pobreza que nega as necessidades mais elementares, discrimina e cria um conjunto de dependências aviltantes e castradoras. Milhares de açorianos tiveram de escolher esta opção difícil, amarga e cáustica.

Felizmente com os governos de Carlos César toda esta situação tem mudado e não é por acaso que temos a menor taxa de desemprego e, por estranho que pareça, esta baixa taxa de desemprego, nos Açores, não agrada nada aos nossos adversários. Até parece que gostariam de ver os açorianos a passar o que infelizmente mais de 450 mil continentais estão a passar, graças à insensível política da direita PSD/PP, pois esquecem que nem todos são filhos, sobrinhos, primos, familiares das esposas, de deputados ou ex-deputados do PSD e do PP, pois para esses além de trabalho há sempre bons ordenados.

E aqui abro um parêntese para me solidarizar com o ex-presidente da Distrital de Bragança da Juventude Popular que se demitiu, alegando não ter alternativa devido

ao "estado de clientelismo, compadrio e distorção da verdadeira democracia cristã que reina no actual contexto político", O jovem acrescenta que nunca se sentiu tão "envergonhado e indignado nos dez anos de militância".

Tenho a certeza que, se esta coligação PSD/PP nos Açores vencesse as próximas eleições este panorama ainda seria pior, pois é o deputado Victor Cruz a prometer "tachos" e nomeações, e, por outro lado, o deputado Alvarinho Pinheiro também a prometer nomeações e "tachos".

Também será vantajoso, mesmo que não seja filiado no PSD ou no PP, quem apoiar de forma visível, entusiástica, a campanha, as lutas eleitorais, irá ter, na primeira oportunidade, ou na segunda, um lugar ao sol, por isso é que vamos ter muitos artigos, muitas manifestações, entrevistas, contra o bom trabalho dos governos de Carlos César. Em vez de governarem seria a divisão de cadeiras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No outro dia, o jornal Expresso, fazendo fé num estudo das Nações Unidas, avançava que, em 2015, 45% dos portugueses viverão na região de Lisboa e Vale do Tejo. Também o Porto obedeceria à mesma tendência demográfica recolhendo 24% da população, enquanto nas zonas rurais apenas permaneceria 22% e nas outras áreas urbanas viverão 8% dos habitantes.

A deslocação da população activa para o estrangeiro ou para a cidade, que no caso do Nordeste, partem para Ponta Delgada irá produzir hemorragias fatais nestes locais distantes dos grandes centros, crescentemente povoadas de silêncio e ausências.

E penso nos Nordestenses que ainda persistem lavrar a terra fazendo de cada flor uma sagração da Primavera, recomeçando todos os dias a sua faina de cuidar de um pé de couve ou tratando da comida para os vivos. Às vezes um raio de sol ou um fio de água é quanto lhes basta.

Os senhores da Europa olham-nos, sobretudo, como clichés turísticos, como bilhete postal de um tempo que nos seus países parece que nunca existiu.

Indiferentes às políticas agrícolas comuns, existem e ensinam como a relação humana com a terra é um ponto de equilíbrio fundamental para a vida. Às vezes já não contam para as estatísticas que gloriosamente antecipam a morte das pessoas.

Outras consideram-nas apenas memória etnográfica. Eu prefiro olhá-los como heróis.

E aqui aproveito para realçar o excelente trabalho que o Euro-deputado Dr. Paulo Casaca, tem desenvolvido na defesa dos açorianos, principalmente os mais desfavorecidos, pelo que não haverá ninguém de bom senso que possa pôr em causa esta dedicação aos Açores, ao contrário de outros que só se vão lembrar dos Açores na altura de pedir o voto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mesmo depois do 25 de Abril, se o Nordeste passou a ser destinatário de algumas políticas sociais e da instalação de infra-estruturas elementares, a verdade é que o modelo de desenvolvimento do PSD, fez apenas que mudasse alguma coisa para tudo ficar na mesma.

Foi este PSD que durante muitos e longos anos desenhou uma ilha de S. Miguel com traço grosso ao meio, produziu fronteiras físicas imaginárias dentro da mesma ilha, em que a excepção era ficar e a regra partir quase sempre. Quem é que então não ouvia falar da décima ilha?

A falta de ideias levou a que o PSD criasse dentro da mesma ilha desigualdades, que exigiam mais seriedade e menos demagogia, vício que ainda não perderam a olhar para as promessas que o seu líder tem feito.

Com os governos de Carlos César, assistiu-se a uma política mais solidária para com as Zonas mais desfavorecidas, medidas de discriminação positiva em zonas socialmente penalizadas, aplicação criteriosa dos fundos comunitários e o apoio a especificidades locais que mereceram atenção e estímulo. Exemplos desses apoios no Nordeste foram:

- Estalagem dos Clérigos.
- Incentivos ao Turismo Rural.
- Criação de uma Escola Profissional.
- Mais de uma centena de contratos PROSA, no combate ao desemprego em sectores da população com baixos níveis de habilitações e qualificações profissionais, nomeadamente emprego feminino.
- Construção do Lar de Idosos que o PSD prometeu durante 14 anos.

- Apoio ao domicílio aos idosos e deficientes.
- Centros de dia e de convívio nas freguesias.
- Remodelação do lar de apoio à juventude feminina abandonada.
- Funcionamento dos ATLS nas freguesias.
- Ampliações e remodelações nas Escolas do 1º ciclo.
- Ampliação e adaptação do Ensino Secundário da Escola Básica Integrada.
- Apoio ao equipamento e remodelações nas sedes das Junta de Freguesia.
- Aquisição de um terreno e uma casa para a criação de um Centro Ocupacional para jovens com deficiência.

Estes são alguns dos exemplos da discriminação positiva que o nosso Governo teve para com o Nordeste, de que nos devemos orgulhar. Os responsáveis sociais-democratas deviam saber isto e associar-se ao grande esforço de recuperação do tempo perdido. Em vez disso, preferem a crítica gratuita, vulgar, sem sentido, a todos os que são do Governo ou apoiantes dele.

Conhecendo as potencialidades do meu concelho e da minha ilha, não gostaria de deixar passar esta oportunidade, para reforçar todo o meu apoio ao grande projecto de melhoria da acessibilidade à costa norte da Ilha de S. Miguel, beneficiando não só o Nordeste, mas também os concelhos de Vila Franca e Povoação, que mais uma vez vão contribuir para uma discriminação positiva e para um grande desenvolvimento desta parcela da ilha, que o PSD abandonou. Só assim podemos combater a desertificação destas zonas e acabar com a concentração populacional nos meios mais desenvolvidos, o que não é benéfico para ninguém, pois acarreta outros problemas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou cada vez mais convencido, se o PSD em 2004 ganhasse as eleições, os Nordestenses podiam dizer adeus às boas estradas, já propostas pelo Governo de Carlos César.

Vou fundamentar as minhas palavras: «numa visita ao Nordeste, o Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas do PSD, Jaime Medeiros, questionado sobre a possibilidade execução de uma via rápida que ligue Ponta Delgada ao Nordeste, considerou ser esta uma "questão utópica... para além disso, existem variantes como

a da Lagoa que têm prioridade..."». Agora, alguns em desespero dizem que a Variante para a Lagoa não era prioritária. De qualquer forma prometeu melhoramentos em algumas pontes e reabilitação da envolvente de Ponta Delgada à Ribeira Grande, obra feita pelos governos de Carlos César.

Em 2000 " Ao encontro dos Açorianos" promovido pelo PSD sobre as acessibilidades ao Nordeste, afirmavam o seguinte:... «Todas estas questões que hoje se colocam com maior veemência ao actual Governo Regional, também no passado, não raras vezes, foram parar à mesa do então Secretário da Habitação e Equipamentos do PSD sem que as mesmas obtivessem grande resposta. As últimas grandes remodelações de piso da estrada vêm de 1974 e até agora não se tem feito mais do que trabalho de conservação deste. Ao fim de contas um desleixo que o actual líder social democrata, Manuel Arruda, reconhece sem se evadir a culpas do partido no cartório».

Pergunto eu? Onde estavam os que se dizem os grandes e únicos defensores do Nordeste? Nos Planos dos Governos PSD, nem um milímetro de estrada nova havia para o Nordeste! Porquê e a troco de quê, o silêncio? Porque é que os autarcas, os deputados do PSD nos quais incluo o seu actual líder, não reclamavam nessa altura por melhores acessibilidades ao Nordeste?

Prometer quatro faixas para quem já tem boas acessibilidades, não passa de mais uma desculpa para adiar a melhoria das acessibilidades para o concelho da Povoação e Nordeste, para não falar noutras ilhas.

Agora, em campanha eleitoral, decerto que vão dizer que sim que vão arrancar com esses projectos se forem governo, mas já estamos cheios e fartos de promessas que todos sabemos que o PSD nunca cumprirá.

Senão vejamos o caso da construção de uma piscina no Nordeste, em que a desorientação, a fraqueza em termos de mensagem e as promessas de obras, obras e mais obras, do PSD é tal, que se chegassem ao governo, o Nordeste ficava com três piscinas. Repito, três piscinas que o PSD quer construir no Nordeste. É caso para perguntar? Aonde vão arranjar tantos milhões?

Passo a justificar este desnorte do líder da coligação continental nos Açores.

No dia 29 de Outubro de 2003, o PS/Nordeste reuniu com o Secretariado de Ilha do PS de S. Miguel e entre outros pedidos, solicitou ao Governo a colaboração com a autarquia na construção de uma piscina coberta junto à Escola Básica Integrada.

No dia 6 de Novembro de 2003 e como sempre a reboque ou parado junto da meta para tentar chegar primeiro, o líder do PSD deslocou-se ao Nordeste para dar a novidade da construção de uma piscina coberta anexa à Escola Secundária do Nordeste. E vai uma.

No dia três de Janeiro e para espanto de todos, o líder do PSD anuncia que a sua grande obra no Nordeste, será a construção da piscina da Foz da Ribeira. E vão duas. No Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2002 da Câmara Municipal do Nordeste, aparece: Elaboração do Projecto do Centro de Estágio e Piscinas (cobertas). Como a Câmara do Nordeste é PSD, no Plano para 2004, aparece: Elaboração do Projecto do Centro de Estágio e Piscinas (cobertas). E vão três.

Vejam meus amigos a credibilidade que nos merecem estas promessas do PSD. No dia 23 de Junho de 2000, o PS Nordeste apresentou uma proposta na Assembleia Municipal que terminava do seguinte modo, conforme a Acta nº 16/2000: "ou a construção de piscinas municipais, integradas num futuro complexo desportivo, por nós já publicamente defendido, que possa ser utilizado todo o ano, com evidentes benefícios para a população em geral, nomeadamente, no que se refere às áreas de educação e saúde, e que será certamente um pólo de desenvolvimento local".

Presidente: Sr. Deputado, chamo a sua atenção porque já ultrapassou largamente o seu tempo.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente da Câmara interveio para dizer que "discordava da presente proposta,... pelo que não tem cabimento o proposto pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. ... A Assembleia, depois de analisar a presente proposta deliberou rejeitá-la, por doze votos contra (do PSD) e cinco a favor (do PS)".

Como podemos ver, muito se pede e muito se promete, mas quando toca ao PSD a fazer, não tem cabimento.

Aproveito esta oportunidade para solicitar ao braço mais direito desta coligação PSD/PP, o deputado Paulo Gusmão que visite também o Nordeste e não fique atrás

do PSD, que quer 3 piscinas, prometa aos Nordestenses uma piscina em cada Freguesia, pois só assim se vê a força que terá o PP.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falando de estradas tenho visto alguns slogans do PSD que dão vontade de rir e que é preciso descaramento para os afixarem. Vejamos. "É fácil arranjar emprego?" Eu respondo. Nos Açores com os governos de Carlos César ainda é fácil arranjar emprego, agora no continente com a coligação PSD/PP o slogan é outro:

"É fácil ir para o desemprego?". Esta resposta que a dêem os mais de 450 mil, que foram para o desemprego.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: **E o tempo, Sr. Presidente?**

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **O Sr. Presidente está distraído.**

O tempo é só usado para o Deputado Joaquim Machado!

O Orador: **Tenho que terminar mesmo, não é Sr. Presidente.**

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): **Graças a Deus!**

Presidente: **Tem que terminar porque já ultrapassou os 10 minutos.**

Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: **Tinha mais duas folhas, mas termino.**

Deputado Humberto Melo (*PSD*): **Ficam para a próxima!**

O Orador: Contra as flamantes expectativas dos amanhã venturosos, afinal o Continente é, hoje, um laranjal triste e mirrado. O fruto gostoso e suculento que nos prometeram é só casca grossa.

Os Açorianos não merecem carregar esta Cruz, nem que seja acompanhado de um cálice de Alvarinho.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: **Estão abertas as inscrições.**

(Pausa)

Não havendo ninguém inscrito, vamos suspender os nossos trabalhos até às 18 horas.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

Presidente: **Vamos retomar os nossos trabalhos com o período da agenda do dia.**

(Eram 18 horas e 15 minutos)

Srs. Deputados, como se recordam, ontem, estávamos a analisar a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público”**, para a qual já tínhamos feito a aprovação na generalidade.

Passamos ao debate na especialidade.

Está aberto o debate sobre o artigo 1º para o qual existe uma proposta de alteração que vem da Comissão e é subscrita pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

Deputado Osório Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresentou na Comissão uma série de propostas de alteração que derivam de uma análise do Grupo Parlamentar do PS e que são subscritas pela Comissão.

Era apenas isto que gostaria de registar.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 1º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida a parte restante do artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 2º. Para este artigo há apenas uma alteração na epígrafe.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 2º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida o conteúdo do artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 3º para o qual também existe uma proposta de alteração.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 3º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida o conteúdo do artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 4º também existe uma proposta de alteração.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 4º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida o conteúdo do artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 5º e 6º não existem propostas de alteração.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 5º e 6º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 7º. Para este artigo há uma proposta de alteração.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 7º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida a parte restante do artigo 7º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 8º e 9º não existem propostas de alteração.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 8º e 9º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 10º também existe uma proposta de alteração para o nº 1.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 10º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida o conteúdo do artigo 10º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 10º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 11º, 12º, 13º, 14º e 15º não existem propostas de alteração.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 16º existe uma proposta de alteração para os nºs 2 e 3.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 16º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida o conteúdo do artigo 16º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 16º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 17º, 18º, 19º, 20º, 21º, 22º, 23º, 24º, 25º, 26º e 27º, não existem propostas de alteração.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 28º existe uma proposta de eliminação para o nº 1.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de eliminação, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação para o artigo 28º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida o conteúdo do artigo 28º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 28º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à proposta de aditamento para o artigo 28º-A.

Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

(* **Deputado Osório Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta esta proposta de aditamento que visa aplicar à Região o Decreto-Lei nº 100/2003, 23 de Maio, que regulamenta, no âmbito das instalações desportivas a manutenção e conservação das balizas, fundamentado na gravidade dos acidentes que, de algum modo, têm vindo vitimado crianças e jovens no nosso país.

Este regime consagra e estabelece uma obrigação geral da segurança, que deve ser respeitado, quer no momento da colocação dos equipamentos desportivos, quer durante o período da sua utilização.

Este mesmo decreto estabelece a obrigatoriedade da celebração de um seguro de responsabilidade civil, por danos causados em consequência da deficiente instalação ou manutenção dos equipamentos desportivos.

É publicado em anexo a este mesmo Decreto-Lei um regulamento onde consagra estas condições, quer em termos técnicos, quer em termos de segurança, a absorver na concepção, instalação e manutenção das respectivas balizas.

Este mesmo regulamento tem uma série de conformidades e requisitos em relação à própria segurança.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, tenho a impressão que na redacção há um erro.

Penso que a proposta se refere ao artigo 11º do anexo e não ao artigo 11º do diploma, porque o diploma não tem artigo 11º.

Presidente: Desculpe, Sr. Deputado Paulo Valadão, não percebi.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, aqui refere-se o artigo 11º de um Decreto-Lei que não tem artigo 11º. O anexo desse Decreto-Lei é que tem artigo 11º. Logo, dá-me a impressão que devia ser em relação ao anexo e não ao Decreto-lei.

Presidente: Sr. Deputado, eu segui as alterações que vieram da Comissão.

Nós estávamos a falar do artigo 28º.

Eu passei por cima, inadvertidamente, da proposta de aditamento para o artigo 27º-A.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, mas o Deputado que me antecedeu referiu-se concretamente ao artigo que me estou a referir.

Presidente: Exactamente, houve esse equívoco.

Mas vamos seguir esta lógica.

Estamos a tratar do aditamento 28-A.

Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento para o artigo 28-A, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Entretanto, chegou à Mesa, apresentada pelo PS, uma proposta de aditamento designada por 27º-A.

Já foi feita uma intervenção sobre essa matéria.

O Sr. Deputado Paulo Valadão diz que há um erro, em relação a esta referência que se faz ao artigo 11º.

Portanto, entende-se que é referência ao anexo e com este entendimento passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento para o artigo 27-A, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Este relatório da Comissão introduz algumas notas para a redacção final que devem ser consideradas pela Comissão.

Assim sendo, vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O diploma baixa à Comissão para redacção final.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(* **Deputado Paulo Valadão (PCP)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto muito rápida apenas manifestando o desejo de que aquilo que foi aqui legislado possa ser cumprido dentro dos prazos estabelecidos, a bem da prática desportiva e recreativa na Região Autónoma dos Açores.

Isto não passa da preocupação que ontem referimos durante o debate e que pensamos que é fundamental, até no sentido de evitar que possam surgir acidentes como infelizmente têm acontecido em relação à prática desportiva.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos – **Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 9/2000/A, de 12 de Março (Cria o Conselho Regional de Concertação Estratégica)”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(* **Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de Decreto Legislativo Regional que agora iniciamos a sua análise, visa tão somente introduzir, na composição do Conselho Regional de Concertação Estratégica, mais um membro.

Tendo em conta que o sector da construção civil é um dos sectores da nossa economia com maior peso, que tem um conjunto de especificidades no seu funcionamento e nos seus interesses, entendeu o Governo Regional que se devia introduzir mais um membro no conselho permitindo que uma associação específica desse sector ficasse representada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(* **Deputado José Decq Mota (PCP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PCP percebe e aceita o fundamento do Governo para a apresentação desta proposta e não vê inconveniente – pelo contrário, vê vantagens – que a Associação dos Industriais da Construção Civil seja integrada no Conselho de Concertação Estratégica.

Na generalidade, daremos o nosso voto de apoio à proposta. Estamos de acordo, desde logo, com a ideia, com o fundamento e com a proposta.

Embora possa haver alguma confusão na generalidade e na especialidade, este é um documento tão pequeno e tão curto, que o problema tem que ser posto agora.

Nós não estamos de acordo que no mesmo documento se pretenda que a AICOPA passe a fazer parte do Conselho de Concertação Estratégica e da respectiva Comissão Permanente.

O fazer parte da Comissão Permanente da Concertação Social já tem outro significado e outras consequências.

Valorizando como o Governo valoriza o sector e a sua importância, achando que deve participar neste órgão, em termos da Comissão Permanente da Concertação Social, primeiro, há o princípio da paridade.

Não foram abertas excepções anteriormente. Ou seja, há os representantes empregadores (pelas Câmaras do Comércio e pelas Centrais Sindicais) e há os representantes dos trabalhadores, enquanto que no Conselho estão os sindicatos independentes, está o representante do patronato da pesca, etc., porque há uma outra generalização.

Pensamos que ferir o princípio da paridade na Concertação Social não é aceitável e introduz este desequilíbrio que também não é aceitável. Daí que na altura própria vou fazer a entrega de uma proposta de alteração que, no fundo, vai de encontro ao que o Governo pretende no que respeita à concertação estratégica, mas mantém a paridade na Comissão Permanente da Concertação Social.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda.

(*) **Deputado Manuel Arruda (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A posição do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata está em total sintonia com aquilo que o Sr. Deputado José Decq Mota acabou de defender.

O Partido Social Democrata não vê qualquer inconveniente na entrada da AICOPA para o Conselho Regional de Concertação Estratégica, antes pelo contrário, é um parceiro que tem um grande peso na economia açoriana.

Entendemos que a presença desta Associação no Conselho Permanente faz com que seja quebrado o tripartismo que é a base essencial da concertação social. Ou seja, que cada um dos parceiros sociais tenha um número de representantes idêntico.

Com a entrada da AICOPA para o Conselho Permanente, esta paridade é quebrada, pelo que não iremos votar favoravelmente a entrada da AICOPA para o Conselho Permanente.

Friso que a posição do Partido Social Democrata, em relação à Concertação Social, é diferente. Na altura apropriada apresentámos a composição do Conselho Económico Social que, na nossa óptica, reflectia melhor o que se passa em toda a Europa.

Deputado Humberto Melo (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

(*) **Deputado Dionísio Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para referir, para já, o que a propósito desta problemática foi levantado pelos dois partidos em relação à integração da AICOPA, na Concertação Social, na Concertação Estratégica, em geral, e na sua Comissão Permanente.

Também uso da palavra para referir aquilo que a Comissão fez para tentar esclarecer essa questão neste duplo aspecto, ou seja, a introdução de mais um elemento que feriria o tal tripartismo entendido num sentido aritmético e matemático de que a Concertação Social nasceu com três representantes empregadores, trabalhadores e Governo que, segundo a fórmula inicial, estavam representados paritariamente no sentido aritmético, ou seja, as três representações equivaliam-se.

Esta concepção está hoje superada nesse sentido de paridade aritmética e bata ver o nosso próprio diploma regional que introduz representações que alteram esta paridade.

Para já os membros do Governo têm actualmente 4 representantes, enquanto que os trabalhadores têm 8 representantes e os empregadores 8, mas foram introduzidas outras entidades, Autarquias, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associações de Defesa do Consumidor, Defesa do Ambiente, do sector cooperativo, da Área de Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres, da Universidade, os representantes da Região no Conselho Económico e Social e três personalidades.

É evidente que esta composição dificilmente corresponderá ao esquema inicial de paridade indevida no sentido aritmético, ou seja, que as três entidades básicas estejam efectivamente representadas aritmeticamente pela mesma quantidade de representantes segundo o esquema inicial, mas não é segundo esse esquema inicial que actualmente funcionam os conselhos de concertação social ou concertação estratégica, como o nosso é designado. Esta é a argumentação que podia ser utilizada.

Para além dessa argumentação e não confiando plenamente nela, a Comissão fez uma outra diligência, ou seja, ouviu, em relação a esse problema concreto e à integração da Concertação Social no Concelho de Concertação, as entidades que tinham sido ouvidas para o diploma inicial.

Ao todo fizeram-se consultas a 26 entidades. Deu-se um mês para essas consultas e receberam-se 8 respostas, 6 das quais aceitam inteiramente a solução proposta no diploma. Duas levantam objecções, nomeadamente a CGTP e UGT, face à argumentação que utilizámos, da tal paridade aritmética estar ultrapassada pela própria evolução social da composição do Conselho.

Em face desses números, foram consultadas 26 entidades. Há 17 que não respondem e eu não vou avaliar o sentido dessas não respostas, se foi ou não no sentido favorável, mas isso pode ter algum significado. Das 8 que respondem, 6 aceitam a proposta tal como ela é formulada pelo Governo Regional.

Em face disso há alguma razão para que, com base nesta consulta, se altere a posição inicial de que se partiu para esse diploma?

Não me parece que se possa tirar essa conclusão.

Em relação ao futuro, posso dizer que é evidente que se esta nova composição do Conselho de Concertação Social tiver consequências no funcionamento do próprio conselho, provavelmente as entidades se pronunciarão nesse sentido.

Percebe-se que isto aconteceu com o anterior Conselho de Concertação Social e já está acontecendo com este Conselho de Concertação Estratégica que são entidades que na sua composição estão em evolução permanente. Daí a eterna dificuldade de manter a tal equiparação matematicamente rigorosa.

Portanto, parece-me que essa preocupação está ultrapassada pela realidade social, pelos factos, pela própria vida dessas entidades de consulta que estão alargadas a muitos outros interesses para além daqueles interesses estritamente expressos pela dicotomia empregadores/trabalhadores. Esta é a perspectiva que temos sobre este assunto.

Não nos custaria nada introduzir qualquer alteração se ela tivesse uma fundamentação vinda das consultas feitas. Não nos parece que se possa chegar a essa conclusão, nem em relação à própria integração da IACOPA no conselho em si, que neste momento ninguém põe em dúvida, nem a integração na Comissão Permanente. Parece-nos ser perfeitamente compatível com as funções da Comissão Permanente, que são:

- promover o diálogo e a concertação social entre parceiros da área laboral e da área empresarial;
- emitir parecer sobre o Plano Regional de Emprego;
- propor medidas nos domínios do emprego, formação profissional e segurança social.

Estes são os objectivos da Comissão Permanente e Concertação Social.

Se esta entidade, pelo peso que representa, pela importância que tem em qualquer um desses sectores não fizer parte da Comissão Permanente, suponho que há aqui um desaproveitamento dos interesses das preocupações de uma entidade que tem um peso muito importante em qualquer dessas três alíneas que consagram aquilo que é o objectivo da Comissão Permanente de Concertação Social.

Acho que seria um desperdício para a própria Concertação Social e para as finalidades que ela tem, não integrar.

Chamo a atenção para um facto, uma objecção que inicialmente foi feita pelo PSD. Como é que se explica que uma unidade que acaba de entrar na Concertação Social passa logo para a Comissão Permanente?

Eu suponho que aqui não se trata de uma questão de antiguidade, porque por mais tempo que estejam lá, por exemplo, as autarquias, provavelmente não fará grande sentido elas estarem integradas na Comissão Permanente, porque as suas

preocupações, os seus objectivos, o seu horizonte de preocupações, não é aquele que a Comissão Permanente defende.

É esta a posição do PS em relação a estes dois problemas.

Não temos grande preocupação em relação a possíveis desequilíbrios, que não nos parece que serão introduzidos por essa nova entidade, e se eles ocorrerem há não só meios internos ao próprio funcionamento da Concertação Social para restabelecer esse equilíbrio, como há sempre a possibilidade da própria Concertação Social se pronunciar sobre essa matéria.

O pronunciamento que nós conseguimos não é claro. Se quisermos utilizá-lo apenas matematicamente teríamos 8 respostas (6 favoráveis ao diploma, 2 desfavoráveis). Não ficamos apenas por essa aritmética.

Parece-nos que não há razão suficiente para, em face desta posição, se alterar aquilo que nos parece a solução adequada, para a qual se fez os esforços que eram possíveis se fazer para dar cabimento a estas dúvidas que surgiram na Comissão.

Se havia uma hipótese, era esta consulta.

A Comissão não pode fazer mais do que isto e não pode tirar outras conclusões, parece-me a mim, pois se me demonstrarem o contrário, não tenho nenhum preconceito em relação a qualquer demonstração contrária.

Suponho que, com os dados que temos, podemos, sem grandes preocupações, aprovar o diploma tal como ele foi apresentado pelo Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda.

(*) **Deputado Manuel Arruda (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que nós entendemos que a questão da paridade é importante e podemos ver pelos pareceres recolhidos – as entidades que não dão o seu apoio são as entidades sindicais – e uma vez que a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores tem uma representação idêntica àquela que os sindicatos têm, seria bastante mais fácil, e eu direi mais justo, que a própria Câmara do Comércio cedesse um dos seus lugares a uma entidade que, indiscutivelmente, tem peso na Região Autónoma dos Açores, como é a AICOPA.

Aí teríamos o mesmo número de empregadores, de trabalhadores e de membros do Governo. Assim, estariam salvaguardadas as três partes iguais que são, ao fim e ao cabo, a base da concertação social entre essas três entidades.

Presidente: Tem a palavra a o Sr. Deputado José Decq Mota.

(*) **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que nós estamos perante um mero problema aritmético.

Sem demorar, queria deixar com rigor a opinião que nós temos sobre isto.

Tudo aquilo que o Sr. Deputado Dionísio Sousa disse sobre a filosofia do Conselho de Concertação Estratégica, da sua nova composição, da inclusão de outras entidades, nós estamos completamente de acordo. Não há aí qualquer diferença.

Mas também não é por acaso que o diploma trata a concertação social propriamente dita, através de uma Comissão Permanente, da forma como trata.

O diploma quis inovar, quis estender a dimensão e a expressão da concertação, e é por isso que lhe chama estratégica, e quis manter a expressão da concertação propriamente social criando uma comissão permanente para isso, seguindo o princípio aritmético, tripartido de uma paridade (4 do Governo, 4 dos empregadores, 4 dos trabalhadores).

Alterar isto procurando fundamentar na nova filosofia do Conselho de Concertação Estratégica, não me parece ter fundamento nenhum, porque há todas as razões para que a concertação social tenha esta estrutura.

Pergunto: alega o Governo, como proponente, que a AICOPA represente um sector extremamente importante? Eu não digo o contrário. Claro que representa e é por isso que entra para o Conselho de Concertação Estratégica.

Mas podem os sindicatos dizer que no Conselho de Concertação Estratégica está representantes de sindicatos independentes, para além das centrais sindicais.

Então por que é que esse representante não vai, junto com a AICOPA, para a Comissão Permanente da Concertação Social? Assim, o Governo tinha direito a mais um membro, mantendo-se assim a paridade.

Por que é que há esta intenção de alterar uma filosofia? Aqui é que bate o ponto.

Há outra solução que o Sr. Deputado Manuel Arruda acabou de avançar, que é manter a paridade e a Câmara de Comércio dos Açores em vez de ter dois elementos fica com um, a Federação Agrícola fica com dois e a AICOPA ocupa um lugar desses. É outra solução.

Mas qual é o argumento para alterar este princípio? Quando foi feita esta Concertação Estratégica, o proponente desta lei (o Governo Regional e o Partido Socialista) resolveu introduzir outra filosofia, mas manteve-se a mesma.

Por que é que alteram neste momento?

Não é o problema da antiguidade, obviamente.

Nós não temos nada contra que a AICOPA tenha assento na Comissão Permanente de Concertação Social. Para essa hipótese teríamos que encontrar uma solução que mantivesse a paridade. Por isso não se encontrou.

Não é por acaso – e o Sr. Deputado Manuel Arruda chamou a atenção – que as duas centrais sindicais assumiram a posição que assumiram, com toda a razão, nos pareceres que deram à Comissão de Economia.

Portanto, eu deixava ao Governo e ao Partido Socialista a ideia de que talvez se pudesse ponderar e encontrar uma solução.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

(*) **Deputado Dionísio Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que nós não estamos numa situação semelhante àquela em que começámos a discutir este diploma na Comissão.

O PS tinha uma posição, o PSD tinha outra e o PCP tinha outra. Argumentámos à volta dessas posições, fazendo os raciocínios que mais ou menos aqui foram explicitados.

Nós agora temos mais alguma coisa. Temos a consulta feita às entidades.

É evidente que eu não me sinto habilitado, por exemplo, a aceitar a proposta de redução de um elemento da Câmara de Comércio, quando eu tenho na minha mão um parecer da Câmara que me diz:

“Relativamente ao solicitado no vosso ofício ... vimos por esta forma informar V. Exa. de que esta Câmara nada tem a opor à proposta de alteração mencionada em epígrafe.”

Deputado Humberto Melo (PSD): É evidente. Os sindicatos é que se opõem!

O Orador: Mas eu tenho um parecer da Câmara de Comércio a dizer que aceita a proposta.

É evidente que no Conselho de Concertação Social estas coisas podem ser discutidas, debatidas e chegarem a outra solução.

Naturalmente, se isso acontecer, algum eco legislativo ou de iniciativa legislativa, nos chegará.

Foram consultadas as entidades que podiam ser consultadas sobre este assunto, foi feita a consulta a 25 entidades e recebemos 8 respostas, 6 favoráveis ao diploma e duas que levantam uma objecção, que nem sequer é em relação à integração da IACOPA na Comissão Permanente.

As duas centrais sindicais que estão em desacordo que passe a haver na Concertação Social 9 representantes das entidades patronais e 8 dos trabalhadores, não se pronunciam contra a inclusão da IACOPA na Comissão Permanente da Concertação Social.

Perante estes dados não é razoável estarmos a legislar contra as opiniões que nos foram fornecidas.

Podemos encontrar limitações nessas opiniões, mas acho que a consulta tem que ser relevada com o mínimo de rigor.

O PS não teria nenhuma objecção de princípio em atender a qualquer uma dessas objecções.

Tem agora uma objecção de circunstância, isto é, há uma consulta que não é efectivamente favorável à posição expressa, quer pelo PCP, quer pelo PSD.

É evidente que não me parece que o PS possa assumir a responsabilidade de desrespeitar o resultado dessa consulta.

(Aparte inaudível do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: Eu não sei dos seus casos. Eu não tenho nada a ver com os seus casos. Os seus casos são sui generis e todos sabem disso. Isso está claro. Era perfeitamente desnecessário desconcertar este assunto. Está perfeitamente claro o seu papel, tanto na carta, como nos postais. Também na concertação social ameaça ficar claro. Mas passemos à frente.

O apartezinho não tem nada a ver nem com os pareceres dos parceiros sociais, nem com o diploma, nem com esta Assembleia.

Portanto, suponho que a posição ficou clara.

Havia abertura total para alterações. Agora parece que a prudência nos obriga a mantermos a situação em que estamos, face aos dados que a Comissão conseguiu carrear para a apreciação desta alteração ao diploma da concertação estratégica.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu espero não desconcertar nada, porque estava tudo bem concertado.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Quem se levanta não desconcerta!

O Orador: De qualquer maneira, gostaria de registar o escrupuloso respeito do Partido Socialista pelos pareceres dos auscultados. É um registo interessante e não é mau princípio.

Esta discussão está a ser feita numa base muito correcta e eu compreendo que há uma abertura do Partido Socialista aqui para desconcertar os equilíbrios que até agora têm funcionado. Isto é sempre aceitável. É uma evolução.

Sob o nosso ponto de vista e não repetindo aquilo que já foi aduzido pelos Deputados Manuel Arruda e José Decq Mota, julgo que essa abertura que o Partido Socialista está a assumir e a aceitar, pode abrir caminho para acentuar o rompimento com o actual equilíbrio.

Dou um pequeno exemplo, se é que isso nos ajuda em alguma coisa.

Todos reconhecemos o importante papel que recentemente assumimos na economia, com a Associação dos Industriais de Construção de Obras Públicas dos Açores.

Nós também reconhecemos que um sector que está a ganhar enorme projecção na nossa Região Autónoma dos Açores, é o do turismo.

Amanhã, numa óptica de contemplar um novo e importantíssimo sector como a Associação de Industriais de Turismo da nossa Região Autónoma dos Açores – registo com muito agrado o sorriso do Sr. Secretário Regional da Economia, porque houve um sorriso ausente, não no céu, mas algures nos Açores, do Secretário Regional da Habitação e Equipamentos – imagino o agrado que o Sr. Secretário Regional da Economia não teria se nós incluíssemos a Associação dos Industriais de Hotelaria dos Açores. Se calhar tem mais peso do que a das Obras Públicas.

Nessa mesma lógica, eu também subscrevia que eles fizessem parte, nomeadamente do Conselho Permanente, mas esse desequilíbrio acentuar-se-ia.

Isto é mais um pequeno contributo para esta saudável discussão, respeitando os diferentes pontos de vista, mas neste caso alertando o Partido Socialista para, se se quebrar os equilíbrios existentes, fica a porta aberta para novos sindicatos.

Na óptica dos trabalhadores, creio que não estão a surgir novas associações. Vejo que mais facilmente elas se irão multiplicar na óptica dos empregadores.

Respeitando a posição do Partido Socialista, como é óbvio, gostaríamos que fosse encontrada uma solução, como já foi aqui defendido, que no âmbito das associações empregadoras encontrasse equilíbrios que permitissem, a determinada altura, privilegiar mais as Obras Públicas, noutra altura privilegiar mais o turismo, mas no seio do grupo dos empregadores, como no seio do grupo dos empregados.

Há actualmente equilíbrios que talvez são mais fáceis de atingir.

Eu tenho a convicção de que essas coisas têm a sua história e todos nós conhecemos. Essa história assenta mais nas repartições espaciais que nas perspectivas sectoriais.

Eu julgo que quando tudo isso foi construído, foi a pensar na Câmara de Comércio de Angra, da Horta e de Ponta Delgada, foi a pensar no sindicato daqui e de acolá, foi a pensar na UGT e na CGTP.

Estamos a funcionar muito nessa base e nessa matriz.

Até que ponto é que se vai romper com isso?

Quando se começar a falar em sectores, se calhar vem mais ao de cima os industriais das Obras Públicas ou de Hotelaria e virá menos ao de cima a Câmara de Comércio que manda para lá o representante dos retalhistas. Esses têm menos peso, mas se calhar até agora é que têm assento.

Sob esse ponto de vista, o Parlamento tem que decidir, o Parlamento estudou, reflectiu e ouviu. Se calhar, e sem nenhuma presunção, não se pensou em todas as soluções.

Neste momento, opta-se por romper com o equilíbrio existente.

É um precedente que fica aberto, neste caso a favor, numericamente, dos empregadores.

Nessa óptica, amanhã vai ser reaberto, porque quando os industriais de turismo perceberem o que está em jogo, farão pressão para terem também o seu representante, a não ser que sejam parvos. Se calhar merecem, tal o impacto que estão tendo na nossa economia.

Se calhar não adiantei nada. Não quero que o Partido Socialista mude de opinião por conta disso, até porque soa aqui a um ambiente que não é muito normal em véspera de eleições, – convenhamos – o qual não estamos muito habituados nestas sessões e nas que se vão seguir.

Enfim, talvez valia a pena perdermos mais um minuto ou dois e ponderávamos isso.

Não basta dizer que agora abrimos para a construção civil, porque eles têm peso, são importantes e estão abertos brevemente para o turismo. Então por que é que já não se pensou no turismo?

Eram estes modestos contributos que gostaria de deixar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Era para pedir um intervalo de um quarto de hora, porque preciso reunir com o meu grupo parlamentar.

Presidente: Estão suspensos os nossos trabalhos por 15 minutos.

(Eram 19 horas e 05 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para terminarmos esta fase dos nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 30 minutos)

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do grupo parlamentar do PS vamos apresentar um requerimento de baixa à Comissão deste diploma, para que esta questão possa ser debatida e analisada na Comissão.

Presidente: O requerimento acabou de dar entrada na Mesa, e diz:

“Os deputados abaixo-assinados requerem a baixa à respectiva Comissão do texto em debate para efeito de nova apreciação no prazo de 20 dias”.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte – **Proposta de Resolução – “Regulamentação da produção de queijo de casa, doces caseiros e de outros produtos alimentares de produção artesanal”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Para apresentar o diploma, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(*) Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cumpre-me apresentar a Proposta de Resolução que o Grupo Parlamentar do PCP denominou “Regulamentação da produção de queijo de casa, de doce caseiro e de outros produtos alimentares de produção artesanal”.

E, em primeiro lugar, há que lembrar alguns conceitos, legalmente definidos. Assim, o Decreto-Lei n.º 41/2001, de 9 de Fevereiro, define artesão, o “trabalhador que exerce uma actividade artesanal, dominando o conjunto de saberes e técnicas a ela inerentes”. O título de artesão é reconhecido através da carta de artesão, a qual é atribuída se a actividade em causa constar do repertório das actividades artesanais e se essa actividade for exercida a título profissional.

O Decreto-Lei n.º 41/2001, de 9 de Fevereiro, também define actividade artesanal, a actividade económica, de reconhecido valor cultural e social que assenta, entre outras, na produção e confecção, tradicionais, de bens alimentares (art.º 4º).

O Decreto-Lei n.º 41/2001 foi adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2001/A, de 10 de Novembro, o qual no seu artigo 6º determinava e cito:

“No prazo de 180 dias a contar da publicação do presente diploma serão aprovadas as normas regulamentares necessárias à execução das disposições nele contidas no que respeita à definição e elaboração do reportório regional das actividades artesanais, ao processo de acreditação dos artesãos e das unidades produtivas artesanais e à organização e funcionamento do registo regional do artesanato”.

Acontece que passado todo este tempo o Governo Regional ainda não cumpriu o legislado neste artigo do referido Decreto Legislativo Regional.

A nível Nacional no Diário da República, I Série – B de 13 de Outubro de 2003, foi publicada a Portaria n.º 1139, a qual no anexo I apresenta o repertório de actividades artesanais, entre as quais incluiu no Grupo 12 – Produção e confecção artesanal de bens alimentares,

- a produção de queijo e de outros produtos lácteos,
- o fabrico de doces, compotas, geleias e similares,
- a preparação de enchidos,
- o fabrico de pão e de produtos afins do pão,
- etc, etc..

Acontece que os produtos citados e incluídos no repertório de actividades artesanais, definidas a nível Nacional, sempre foram confeccionados nos Açores por artesãos que livremente os transaccionavam, como o faziam com outros produtos da agricultura, mas dum modo mais persistente continuaram a ter alguma importância económica e muita procura o queijo de casa e o doce caseiro.

Aos artesãos, produtores desses bens alimentares, não foi permitida a sua legalização como artesãos e sempre que o procuraram fazer a Administração aponta-lhes a sua transformação em industriais, o que nunca foram.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sempre foram!

O Orador: Nunca foram, Sr. Secretário. Foram sempre artesão, nunca foram industriais.

E, essa produção artesanal, principalmente a de queijo e de doce, tem sido perseguida e proibida pelas brigadas das actividades económicas de forma brutal e, em nosso entender, ilegal, na medida que os artesãos, continuam a fazer o que consuetudinariamente sempre fizeram, assim como os seus pais, avós e antepassados mais distantes, sem poderem legalizar a sua situação de artesãos, que sempre foram; e, não podendo, nem devendo, transformar-se em industriais, que nunca foram nem têm condições para o ser; até porque os seus produtos, para serem o que são e o que devem continuar a ser, têm necessariamente de continuar a ser produtos artesanais.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Há muita falta de informação!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgamos ser muito urgente que o Governo Regional regule o Decreto Legislativo Regional 19/2001/A.

É fundamental que os artesãos dos Açores possam legalmente confeccionar o queijo de casa, o doce caseiro e outros produtos alimentares, os quais sempre têm tido elevada qualidade e uma procura que ultrapassa muito a produção, e que são muito importantes para a economia de muitas famílias açorianas. Para isso é necessária regulamentação específica.

As regras a publicar devem contribuir para que os artesãos possam melhorar as suas instalações de modo a confeccionar os seus produtos com cada vez melhor qualidade.

Com a aprovação desta proposta de resolução ficará o Governo Regional comprometido a regulamentar, de acordo com as suas competências, matéria de muito interesse para artesãos e consumidores desta Região.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pensava que este assunto já estava encerrado depois da reunião que tivemos na Comissão de Economia, mas pelos vistos ainda não está devidamente esclarecido.

Uma coisa é o que o Sr. Deputado disse sobre o artesão. Na Portaria nº 20/2004, de 18 de Março, que será publicada amanhã, está definida a regulamentação do Decreto Legislativo Regional.

Houve uma justificação clara para que essa regulamentação não fosse feita mais cedo. Houve uma alteração do Decreto-Lei e por isso tivemos que esperar pela Portaria Nacional que saiu em 2003, para podermos fazer a nossa Portaria.

Outra coisa completamente diferente é o licenciamento que toda a actividade tem que estar sujeita e que não é excepção, mesmo para a actividade artesanal.

Amanhã, também sai um despacho normativo que regulamenta a concessão de apoios ao artesanato. Isto não surge por acaso. É um trabalho que está a ser feito há bastante tempo. Não surge numa semana, porque isto são documentos complexos.

No caso da regulamentação da concessão do apoio ao artesanato, nós tínhamos introduzido apoios aos projectos que visam a formação, projectos que visam a participação em feiras e projectos que visam a promoção do artesanato. Incluímos mais uma outra categoria, que são projectos de investimento a novas unidades produtivas artesanais ou a remodelações existentes, incluindo as relativas à produção e preparação de bens alimentares.

Neste caso concreto, existe um apoio para despesas de investimento que vão ser, no mínimo, de 1000 euros, até a um máximo de 20 mil euros, com a possibilidade dos incentivos ser na base dos 45%; se for um projecto promovido por um jovem artesão mais 5%; se for um projecto integrado na c), que é aquela que eu referi para a preparação de bens alimentares, tem mais 5%.

É esta a forma de apoiar o artesanato, a cumprir com as regras de higiene que estão publicadas em diversos Decretos-Lei a nível nacional e que se aplicam directamente à Região:

- Decreto-Lei 98, que estabelece as normas gerais de higiene a que devem estar sujeitos os géneros alimentícios, bem como as modalidades de verificação e cumprimento dessas normas;
- Decreto-Lei que se aplica aos produtos de venda directa.

Sr. Deputado, se tivesse prestado mais um pouco de atenção, verificava que todo este processo está em fase de nova regulamentação a nível da Comunidade Europeia.

Basta verificar o que surgiu em Fevereiro de 2004, uma recomendação relativa à higiene dos géneros alimentícios. Descreve claramente quais são os deveres e aponta, a nível nacional, a cada país, a sua regulamentação.

O presente regulamento não se aplica à produção primária destinada ao uso doméstico privado, à protecção, manipulação e armazenagem doméstica de alimentos para consumo doméstico privado e fornecimento directo pelo produtor (é disso que o senhor está à espera) de pequenas quantidades de produtos de produção primária ao consumidor final ou ao comércio a retalho local, que fornece directamente ao consumidor. Este caso concreto vai ser regulamentado a nível nacional. A sua regulamentação está em fase de preparação em todos os países da Comunidade Europeia.

No que diz respeito ao licenciamento, nós temos um licenciamento industrial que divide as diversas empresas em três graus: A, B e C.

A grau C vai até 2 trabalhadores e até 200 metros quadrados.

Todas as actividades artesanais cabem exactamente nesta medida C.

Não é pelo facto de se regulamentar o Decreto Legislativo em relação ao artesanato, que ele deixa de ser obrigado a ter o licenciamento industrial.

A única coisa que é preciso fazer, é tentar apoiar os artesãos que estão a trabalhar nesta actividade para poderem conseguir atingir os patamares mínimos de higiene e de salubridade para que possam ser licenciados.

Como nós sabemos que existem pequenas unidades que com um pouco de investimento poderão ficar de acordo com as regras que estão publicadas a nível nacional, fizemos este despacho normativo para apoio ao pequeno artesanato. Será publicado amanhã e dentro em breve estará disponível para todos os artesãos.

É assim, com medidas concretas de apoio ao artesanato para pequenos investimentos, que podemos, no fundo, dar uma revolução no nosso desenvolvimento económico e social, permitindo que estas pequenas unidades possam ter, de facto, condições de higiene e de trabalho.

Não é por estarmos aqui a falar em queijo ou em compotas feitas por artesão, que elas não podem deixar de cumprir as regras de higiene e de salubridade.

No caso das compotas, elas podem ter diversos problemas. Por isso, é preciso conhecer o tratamento térmico, a actividade da água, a acidez e o grau do fecho dos recipientes.

Portanto, não se pode dizer que isto é feito por um artesão, é feito em casa, é feito em condições que eu não quero saber.

Não. As condições de higiene são iguais para todos, porque a saúde pública não pode ser posta em causa.

No caso do queijo o perigo ainda é muito maior, porque não há qualquer tratamento térmico, ou se é feito é de pequena dimensão. Aí temos problemas com a acidez, com a concentração do sal e também na actividade da água.

Tudo isso são conceitos, pelo facto de estarmos a falar de artesãos, que não são alterados.

As regras de higiene de boas práticas em termos de manufactura, em fabricação de alimentos, são iguais para todos. São iguais na Região Autónoma dos Açores, no País e na Europa.

É evidente que para cada produto há exigências diferentes, mas compete-nos olhar com muito cuidado para esses aspectos e não facilitar. Podemos apoiar e facilitar os investimentos, mas as regras de funcionamento dessas pequenas unidades têm que ser semelhantes em todo a parte do mundo para termos segurança alimentar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

(*) **Deputado Luís Medeiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fiquei confuso.

Eu participei na reunião da Comissão de Economia onde se discutiram estes assuntos e V. Exa., Sr. Secretário – perdoar-me-á – não disse que a regulamentação do Decreto Legislativo Regional 19/2001/A, estava para tão breve. Afinal, parece que sai amanhã.

Entretanto, fica também a sensação que estivemos à espera, até agora, da evolução da legislação nacional e europeia. Se for assim, como neste sector, o conhecimento não pára, a legislação está continuamente a suceder-se e nunca mais teremos este Decreto Legislativo Regional regulamentado.

Eu julgo que a Proposta de Resolução que estamos a apreciar destina-se simplesmente a recomendar ao Governo que regule os aspectos que estão contidos no Decreto Legislativo Regional 19/2001/A, que ele próprio estipula que deveria ter sido feito em 180 dias.

Vão passar dois anos no próximo mês de Abril sobre a publicação do Decreto Legislativo Regional e essa regulamentação não foi feita. Julgo que ela era e não deixou de ser urgente.

Ficámos agora a saber que vai ser publicada amanhã, mas porque vem enquadrar e clarificar legalmente um conjunto de actividades que tem muito a ver com a nossa identidade e com as nossas tradições, é preciso não as deixar perder, mas sobretudo clarificar o *modus operandi* do licenciamento e do reconhecimento dessas actividades na Região.

É óbvio que quando se trata da produção de géneros alimentícios ou de bens alimentares, as regras de higiene têm que se cumprir. A segurança alimentar está acima de tudo, até para a defesa do próprio artesão que produz esses produtos. Ele não pode correr riscos de intoxicar seja quem for.

Portanto, eu julgo que teria bastado prestar atenção ao Decreto-Lei 110/2002, que alterou o 41/2001, que diz: “Tratando-se da produção e preparação artesanal de bens alimentares, o artesão tem que exercer a sua actividade em local devidamente licenciado para o efeito e cumprir as normas aplicáveis, nomeadamente as relativas a higiene, segurança e qualidade alimentar.”

Diz mais:

“O reconhecimento do Estatuto de Artesão e de Unidade Produtiva Artesanal para a produção e preparação artesanal de bens alimentares, está sujeito a parecer vinculativo dos serviços competentes do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas”.

Está aqui salvaguardado o cuidado com a higiene, com a qualidade e com a segurança alimentar, pelo que não vejo que tivesse havido qualquer óbice à regulamentação deste Decreto-Lei 19/2001.

Portanto, nestas circunstâncias, salvaguardados que estão estes aspectos e que até a própria Proposta de Resolução apresentada pelo Partido Comunista Português

propõe uma alteração em que também salvaguarda este aspecto, não vejo a dificuldade para a aprovar.

Por essa razão, o Grupo Parlamentar do PSD votá-la-á favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

(* **Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Embora não sendo membro da Comissão participei activamente na discussão da Proposta de Resolução do PCP e colaborei num sentido construtivo, ou seja, no sentido de que se encontrasse um caminho, pois no meu entender a Proposta de Resolução pecava por confundir duas coisas que são perfeitamente distintas.

Em primeiro lugar, a regulamentação prevista do artigo 6º do Decreto Legislativo Regional nº 19/2001/A, pura e simplesmente, refere-se ao registo regional do artesanato e coisas deste género. Não tem nada a ver com a segurança alimentar e com produção artesanal. Nem sequer estava contemplada na Proposta de Resolução do PCP.

Outra questão, e penso que o Sr. Secretário esteve aqui a defender muito bem e é algo que não se deve transigir com populismos ou com qualquer outra forma de brilhar para as câmaras, é transigirmos com a segurança alimentar.

De facto, não estamos aqui a brincar aos queijinhos e aos docinhos. Estamos a brincar com a saúde das pessoas.

O caminho que o PS percorreu junto com o Sr. Secretário na Comissão, foi construtivo. Por isso, acho que não é justo que se venha para aqui “encanar a perna à rã”, porque é isso que se está a fazer, quando a nossa atitude e a atitude do Sr. Secretário foi extremamente positiva no decorrer dos trabalhos.

Eu não queria deixar de registar isto e para além de louvar o Sr. Secretário pela atitude construtiva que teve, também gostaria de lhe dizer que é evidente que há trabalho a fazer e ele está a fazê-lo. Acho que o deve fazer da forma segura, porque com a segurança alimentar não se brinca.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(* **Deputado Paulo Valadão (PCP)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer algumas considerações sobre a matéria que estamos a apreciar e para dizer, desde já, que subscrevo totalmente a intervenção do Sr. Deputado Sequeira de Medeiros.

Na minha intervenção nunca foi posta em causa a segurança alimentar. Se alguém conhece alguma coisa de segurança e higiene alimentar e de salubridade de produtos alimentares, neste momento e dada a nossa profissão, sou eu e o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros, porque tivemos grandes responsabilidades nesta matéria. Tivemos responsabilidades que assumimos perante a administração e perante o poder social da nossa vida profissional.

Lições de higiene alimentar e de salubridade de produtos de origem animal não me venham dar, porque não as aceito nem as necessito.

Em relação a problemas de higiene e salubridade estamos entendidos.

Não é isso que está em causa, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O que está em causa, fundamentalmente, é a regulamentação de um decreto que o Sr. Secretário Regional da Economia nunca regulamentou e que concretamente o artigo 6º desse decreto diz que deverão ser contempladas as normas regulamentares necessárias à execução das disposições contidas anteriormente e das actividades a creditar, concretamente a organização e funcionamento do registo artesanal, que não está publicado, os reportórios das actividades artesanais regionais que está publicado a nível nacional, mas não está a nível regional, etc..

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Amanhã já fica publicado na Região!

O Orador: Portanto, aquilo que o Sr. Secretário publicou ontem eu não conheço. Portanto não tenho nada a me pronunciar.

Mas há uma realidade, a realidade dos produtos artesanais que são comercializados e estão registados a nível nacional e que não existem neste momento a nível regional.

Vamos a dados muito concretos.

O Sr. Secretário Regional da Economia provavelmente esteve, como eu estive, na BTL de Lisboa que se realizou recentemente.

Na BTL havia queijo artesanal, por exemplo, de Trás-os-Montes que era vendido em saquinhos, como era vendido há 100 anos.

Eu, nem por um momento pus em causa, que aqueles saquinhos com queijo artesanal tinham condições de higiene e de salubridade, porque de certeza que o tinham.

Aquele mesmo artesão, se na Região Autónoma dos Açores aparecesse com aquele mesmo queijinho, imediatamente as actividades económicas iriam persegui-lo. Iriam fazer como fizeram nas Flores, ligaram e perguntaram se tinham queijo para vender. O senhor respondeu que sim. Daí a pouco as actividades económicas bateram à porta para comprar 5 queijos. O senhor pesou 5 queijos e disse o preço e em vez de tirarem o dinheiro da carteira, tiraram o cartão dos serviços que dependem do Sr. Secretário Regional, mostraram e disseram que ele estava multado porque não podia produzir o queijo uma vez que não estava licenciado.

A pessoa disse que se queria licenciar. E a resposta que obtive foi que se quisesse licenciar tinha que ir para as actividades industriais.

Não lhe foi dito que ele tinha que ter determinadas condições de higiene e de salubridade, que os seus animais tinham que estar indemnes às doenças infecto-contagiosas, que a água utilizada tinha que ser potável produzida pela Câmara Municipal e não perguntaram se a Câmara publicava as análises da água.

Não disseram nada disso. Apenas disseram que não pagavam o queijo, que ele não podia produzir, que estava multado por produzir o queijo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isto é que não pode continuar.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): O senhor não pode dizer isso!

O Orador: Eu digo e provo!

Se o senhor tem dúvidas pergunte ao Sr. Deputado Europeu Paulo Casaca que ele está a par da situação como eu estou. Ele até escreveu sobre a matéria.

O problema é que se tem que respeitar as pessoas.

Aquilo que nós entendemos é que considerando as regras de higiene, de salubridade, de segurança alimentar e o direito que as pessoas têm de produzir de acordo com os usos que conhecem e de acordo com aquilo que as pessoas devem fazer e sabem fazer, devem fazer legalmente. Esta legalidade é fundamental.

Enquanto não houver qualquer legislação que regulamente esta matéria, enquanto apontarem para as pessoas (tu não és um artesão, és um industrial), é evidente que elas não se podem legalizar, não se podem licenciar.

O problema é que as pessoas têm que se legalizar, têm que ter legislação que lhes permita a sua legalização, têm que ter a capacidade de serem consideradas artesãos, terem o seu cartão de actividade artesanal, terem como profissão a profissão que escolheram e poderem produzir de acordo com o reportório das actividades artesanais aquilo que sabem que podem e devem produzir, de acordo com a higiene, com a salubridade, segurança alimentar, utilizando as águas devidamente tratadas ou devidamente fornecidas pelo município, com os exames que hoje a Comunidade Europeia impõe que sejam feitas e que, infelizmente, na Região Autónoma dos Açores não têm sido feitas.

É evidente que tem que ser assim.

Não se pode, pura e simplesmente, coarctar as pessoas de poderem desenvolver esta actividade. Esta actividade tem que ser desenvolvida de acordo com as regras.

Não é só o problema do produto ser vendido e não ter regras alimentares. O problema não é só esse.

Hoje, as próprias pessoas têm o direito e o dever de, mesmo para a sua própria alimentação, utilizarem produtos de acordo com a higiene alimentar.

Era inconcebível dizer-se que as pessoas não podem vender porque não têm condições de higiene, mas admitir que podem consumir.

É evidente que não podem nem devem fazer, porque está em causa a saúde pública.

A saúde do próprio indivíduo e da sua família é a saúde pública.

É necessário intervir em aspectos legislativos?

É sim senhor. É necessário que as pessoas produzam de acordo com as regras de higiene, mas é necessário que tenham a capacidade de legalmente poderem resolver estas situações, o que até ao momento não conseguiram.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou explicar duas ou três coisas.

O Sr. Deputado Paulo Valadão, que é veterinário, tem a obrigação de saber do que é que eu estou a falar.

Em relação ao Estatuto de Artesão da Unidade Produtiva Artesanal foi publicado a nível nacional um Decreto-Lei que foi alterado posteriormente.

Nós publicámos um Decreto Legislativo Regional que visou adaptar o Decreto-Lei nacional à Região Autónoma dos Açores.

O Decreto-Lei Nacional voltou a ser alterado em 2002 e nós também alterámos o nosso.

O Decreto-Lei Nacional foi regulamentado em Outubro de 2003 e nós, através dessa portaria, regulamentámos o nosso, porque precisamos de conhecer exactamente o que se está a passar a nível nacional e explico-lhe o que essa portaria diz:

Deputado Paulo Valadão (PCP): Eu conheço e já a estudei!

O Orador: “A Portaria 119/2003, de 3 de Outubro, aplica-se na Região Autónoma dos Açores de acordo com as especificidades constantes no presente diploma.

As referências feitas à Portaria... da Comissão Nacional para a Produção do Ofício e das Micro-Empresas Artesanais e ao respectivo grupo de trabalho reportam-se na Região ao Centro Regional de Apoio ao Artesanato.”

Basicamente é isto, Sr. Deputado, não faz mais nada do que isto. Não é por aí que o senhor resolve.

Se o Sr. Deputado ler o que é mais elementar, ou seja, o diploma que regula o processo de licenciamento das vendas directas, que é a coisa mais simples dirigida ao artesão, verá que diz:

“Os produtos laborados, seja na sua totalidade, vendidos directamente ao consumidor no próprio local de produção, nas feiras e mercados locais, desde que situados num raio de acção de 40 Km do local de produção do Continente e na ilha respectiva...”, no caso das Regiões Autónomas – consideram-se estabelecimentos de venda directa os que satisfazem as seguintes condições – vem no artigo 3º dizer o seguinte:

“Para efeitos de licenciamento industrial, os estabelecimentos de venda directa ficam sujeitos à disciplina definida no Decreto Regulamentar, do definido no 25/93, que agora é o do 8/2003”.

Ninguém pode deixar de estar sujeito ao licenciamento industrial, quer seja para queijinhos, compotas, curtumes ou o que for, quer tenha cartão de artesão ou não tenha.

O problema dos Açores é apoiar, em termos de incentivos, esses artesãos de uma forma clara.

Não é com a regulamentação que o Sr. Deputado anda aqui a mencionar, que eu resolvo este problema. Eu resolvo este problema é com o licenciamento.

Como sabem, o licenciamento saiu a nível nacional. É o Decreto-Lei que saiu em 2003, que nós provavelmente vamos alterar, mas temos que fazer em consonância com o que está feito a nível nacional.

A nível nacional existe precisamente este problema.

Nós estamos em contacto permanente com a Comissão Nacional para a Promoção do Ofício e das Micro-empresas artesanais. Temos feito propostas a essa entidade para que a nível nacional se encontre soluções mais fáceis, mas que não podem deixar de ter regras de segurança.

Não é através daquilo que o Sr. Deputado quer para o artesão, que se resolvem essas regras de segurança.

Existem diplomas legais a nível nacional que falam da higiene dos produtos alimentares e da sua manipulação. Estes foram legislados em 98 e em 99. O Sr. Deputado que leia.

Não pode de forma alguma a nível nacional, através do Estatuto do Artesão, ser licenciado com os produtos artesanais. Não é assim a nível nacional, não é assim na Madeira e também não é assim nos Açores.

Acabem com este populismo e demagogia, porque o Sr. Deputado como veterinário que é, tem responsabilidades e não pode vir dizer que as actividades económicas estão cometendo ilegalidades quando estão a actuar no cumprimento das suas funções.

Um queijo que seja mal produzido, seja pelo artesão ou por quem for, pode pôr em perigo a saúde ou a vida de uma pessoa. Eu não estou disponível nem nunca pactuarei com ninguém que venha pôr em causa a saúde pública.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, quando dei a palavra ao Sr. Secretário Regional, não reparei no relógio.

Nós já ultrapassámos o nosso tempo regimental. Eu tenho ainda três deputados inscritos, mas podem surgir mais inscrições ao longo do debate.

Não sei se pretendem continuar com os trabalhos ou suspendemos por hoje e retomamos amanhã.

(Pausa)

Srs. Deputados, por acordo da câmara, vamos suspender os nossos trabalhos e retomamos amanhã às 10 horas.

Boa noite.

(Eram 20 horas e 05 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral

Partido Social Democrata (PSD)

António Bento Fraga Barcelos

Jorge Alberto da Costa Pereira

José Manuel Avelar Nunes

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Óscar Manuel Valentim da Rocha

Partido Social Democrata (PSD)

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Período de Informação Parlamentar

1 – Diários das Sessões:

Considera-se aprovado nesta Sessão Plenária o Diário da Assembleia n.º 77.

() Texto não revisto pelo orador.*

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*